

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
LAMEGO, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2025**

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se na Quinta do Terreiro, Freguesia de Lalim, Município de Lamego, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória datada de 18.02.2025-----

ABERTURA -----

O senhor **Presidente da Assembleia**, Ricardo Jorge Morgado da Costa, presidiu à sessão que teve início às 09.30 horas, tendo Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes e Carlos Manuel Almeida Loureiro, como primeira e segundo secretários, respetivamente. -----

PRESENCAS -----

Ricardo Jorge Morgado da Costa, **Presidente da Assembleia**, Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, em substituição de Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, José Manuel Lourenço Correia, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Alita Maria de Jesus Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto, em substituição de Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Pedro Miguel Vila Real Torres, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Maria Liliana Santos Monteiro Ribeiro, António Manuel Ferreira Penela, Constantino José da Costa Vaz, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Milene Daniela da Fonseca Geada, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela, Luís Filipe Pinto Carrapatoso, em substituição de Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho; e senhores Presidentes de Juntas de Freguesias de Avões, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Britiande - Germano Correia Ribeiro, Cambres - Adelino Gomes Magalhães, Ferreirim - Wilson Miguel Lima Teixeira, Ferreiros de Avões - António Patrício Ribeiro Esteves, Figueira - Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Lalim - Bruno Miguel de Morais Carneiro, Lazarim - Paulo Henriques Almeida Loureiro, Penajóia - Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Penude - Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Samodães- Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Sande- Maria do Sameiro Morais Rodrigues Gregório, Tesoureira, Marina Isabel Henriques Pereira Martins da União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melções, em substituição do seu Presidente, União da Freguesia de Bigorne, Magueija e Pretarouca - Sérgio Pedro da Rua Capela, Parada do Bispo e Valdigem - Bernardo Manuel Taveira Xavier, Freguesia de Várzea de Abrunhais - Maria Otília Silva Teixeira, e Vila Nova de Souto D'Él Rei – Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.-----

AUSÊNCIAS-----

O **Presidente da Assembleia** justificou as ausências dos membros Aurélio Paulo Costa Henriques Barradas, Bruno Miguel Ferreira de Oliveira, Viriato Pina de Lemos, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho e dos Presidentes de Junta de Lamego – Nuno

Miguel Lázaro Gonçalves e União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melções –
António Manuel dos Santos Rodrigues.-----

1.ASSUNTO: 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não havendo nenhuma inscrição-----

2. ASSUNTO:PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Queria em primeiro lugar agradecer à Junta de Freguesia de Lalim, na pessoa do Presidente Bruno Carneiro, por hoje ser nosso anfitrião, aqui neste espaço, privilegiado, na sua freguesia que é a Quinta do Terreiro, a quem também agradeço de podermos fazer a Assembleia neste local.-----

E dava desde já a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lalim, para que nos possa fazer uma mensagem de boas-vindas”.-----

Interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Lalim** o referir o seguinte:-----

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Senhores secretários.-----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lamego, Senhores vereadores.-----

Exmos. Senhores Deputados Municipais, Caros colegas Presidentes de Junta, Secretariado de Apoio à Assembleia, Público presente e público que nos acompanha através das redes sociais, os meus respeitosos cumprimentos e sejam bem-vindos à Freguesia de Lalim, mais concretamente à Quinta do Terreiro, um empreendimento turístico de referência na Região que muito orgulha os lalinenses.-----

Meus senhores e minhas senhoras, é com imensa honra e satisfação, que vos recebo, na minha Freguesia, para uma sessão descentralizada da Assembleia Municipal.-----

Este plenário representa um momento crucial de diálogo, de troca de ideias e de decisões que moldarão o futuro da nossa comunidade.-----

Falando um pouco de Lalim, esta é uma freguesia que, ao longo dos anos, tem contribuído para dar mais visibilidade ao Concelho de Lamego pois, para além dos serviços prestados neste magnífico espaço em que nos encontramos, a Quinta do Terreiro, aqui também se produz fumeiro, broa e bôlas de excelente qualidade cuja distribuição é feita por todo o país, produtos de empresas de referência na região. ----

Aqui existe muito património material religioso. Aqui existe muito património civil, como o Pelourinho, a Casa da Cadeia, a Ponte Medieval, as Poldras, o Cruzeiro de Lalim e Diversas Casas Senhoriais. -----

Aqui se mantém viva a Tradição da Queima do Judas, que se realiza no domingo de Páscoa. Aqui se realiza uma das festas religiosas mais importantes do concelho, as Festas em Honra a Nossa Senhora da Piedade, que é vivenciada por imensas pessoas até porque é uma das festas mais emblemáticas em termos filarmónicos. ----

E por falar em filarmónia, aqui temos também uma das Bandas Filarmónicas mais antigas de Portugal, com mais de 300 anos de história, a Sociedade Filarmónica de Lalim.-----

Como vêem, Lalim, tal como as demais freguesias, é merecedora de investimento. Felizmente, nestes últimos 3 anos, a freguesia de Lalim tem sido agraciada com investimentos importantes, como é o caso das pavimentações efetuadas e com o protocolo que hoje será presente a esta Assembleia para apreciação e votação, para a construção da Casa Mortuária e elaboração do projeto do Centro Cívico Terras de Dom Pedro, nas Antigas Escolas de Lalim.-----

Mas, senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, Eng.º Francisco Lopes, Lalim continua a ter carências. -----

Necessitamos urgentemente da construção do Centro Cívico, para que ali possamos promover e executar projetos que apoiem as pessoas, as entidades e colectividades da Freguesia. -----

Necessitamos que continuem a olhar e apoiar a Sociedade Filarmónica de Lalim com o respeito que ela merece. -----

Necessitamos de ajuda na preservação da Nossa Ponte Românica. -----

Necessitamos que seja reavaliada a criação de uma variante que ligue a Fonte Cuterres à Fonte do Ribeiro. -----

Necessitamos urgentemente, Senhor Presidente, que nos ajudem a criar condições para aqui fixarmos os casais jovens. Há muitos casais que gostariam de construir em Lalim a sua habitação própria permanente, mas que infelizmente têm vindo a optar por adquirir, ou alugar casa noutros locais, nomeadamente nos concelhos vizinhos. -----

No que concerne a esta última carência, o atual Executivo da Junta de Freguesia fez o seu trabalho, já apresentou, inclusivamente, uma lista de áreas que, no nosso ponto de vista deveriam passar a ser zonas de construção, pois para além de existir sobre estas a intenção clara de construir, são áreas dotadas de todas as infraestruturas necessárias para o efeito, pelo que peço, encarecidamente ao Senhor Presidente que nos ajude a suprimir esta lacuna.-----

Estou certo que o Senhor Presidente, sendo um profundo conhecedor desta Freguesia, certamente ajudará a colmatar estas e outras necessidades.-----

Termino, referindo que a intervenção de boas vindas a esta Assembleia, não estava prevista ser feita por mim, mas por um Homem bom, amigo de Lalim, que nasceu aqui e que para aqui vinha sempre que surgisse uma oportunidade, por muito pequena que fosse, mas o destino assim não permitiu e coube-me a mim fazer as honras da casa em vez do Sr. Eng.º Francisco Rebelo Fernandes, um dos proprietários deste empreendimento, que faleceu no passado dia 25 de janeiro.-----

O Engenheiro Francisco Fernandes, e família, sempre disponibilizaram este espaço para qualquer iniciativa da freguesia e certamente deixa muita saudade a todos os lalinenses. -----

Tal como testemunhou o seu filho, Luís Miguel Fernandes, na missa fúnebre, a seguir à família, a Quinta do Terreiro era o grande amor do seu pai. Por isso, se o Senhor Presidente da Assembleia me permitir, e uma vez que estamos precisamente na Quinta do Terreiro sugeria que fosse feito um minuto de silêncio em memória do senhor Engenheiro Francisco Rebelo Fernandes.-----

Bem Hajam".-----

Assim e conforme pedido pelo **Presidente da Junta de Freguesia de Lalim**, foi feito um minuto de silêncio em memória do Senhor Eng.º Francisco Rebelo Fernandes.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia** para afirmar o seguinte:-----

"Hoje temos uma ordem de trabalhos ambiciosa, peço em primeiro lugar desculpa por este pequeno atraso do início dos nossos trabalhos. Vamos iniciar, tentar recuperar o tempo perdido, o objetivo é tentarmos fazer; à semelhança das Assembleias anteriores, durante o período da manhã esta Assembleia, retardando ligeiramente o almoço. Se for necessário, estivermos atrasados por alguma razão, na condução dos trabalhos, interromperemos então a Assembleia, depois retomamos para concluir, os pontos que ficarem pendentes".-----

Interveio o membro **José Manuel Correia** para fazer a sua intervenção:

"Começo por cumprimentar todos os presentes na sala, cumprimentar as pessoas que nos seguem pelas redes sociais, e deixar para o fim, naturalmente, as pessoas que são hoje mais importantes, que são os lalinenses. -----

Cumprimentar de forma muito especial todos os habitantes desta linda Vila, desta linda aldeia, e na pessoa do seu Presidente da Junta – Bruno Carneiro, agradecer de forma muito enfática, as excelentes condições que nos proporcionaram para estarmos aqui hoje com muita qualidade e de certeza com muito gosto. -----

Quando falamos em Lalim, provavelmente todos se lembram do seu Pelourinho, do Conde Dom Pedro, todos se lembram das festas de Nossa Senhora da Piedade, todos se lembram da Queima dos Judas, e também todos se lembram da sua banda, como dizia o Presidente da Junta de Lalim, uma banda com mais de trezentos anos. É, claramente, uma dos referenciais desta localidade e desta aldeia.

E, por falar na Banda de Lalim, eu venho cá para dizer duas ou três notas que me parecem importantes.-----

Por falar da Banda de Lalim não queria deixar passar, sem referir o que de mágico aconteceu este fim-de-semana no Teatro Ribeiro Conceição. Para quem teve a oportunidade de lá estar. Foi realmente um domingo fantástico, e vou explicar porquê para quem não se apercebeu.-----

A Banda de Lalim, que todos conhecemos, como a Banda de Magueija e Banda de Cambres, juntaram-se e atrás de uma ideia, construíram muito mais que um espetáculo de qualidade.-----

Construíram uma forma de fazer, deixaram de lado, eventualmente, as especificidades de cada uma delas, as histórias todas de trezentos anos ou duzentos anos, que, de

certeza as motivaram todas, escolheram os melhores, eventualmente, incluindo os maestros, sentaram-se nas cadeiras e tocaram para nós. E tocaram aquilo, que, normalmente, nem costumam tocar muito. Pois, quando se se pensa numa Banda, pensa-se na procissão, concertos de arraial, não, tocaram música quase erudita ou eruditas mesmo e as pessoas gostaram, as pessoas ovacionaram de pé, durante três quatro minutos. Acho que não vi naquele Teatro ovação tão prolongada como esta há muito tempo.-----

E ali o que acho que foi importante foi esta comunidade colaborativa, acho que é isto que temos que guardar para nós. Quando nós fazemos em comunidade e em colaboração, nós somos mais fortes. Provavelmente, Lamego pode aproveitar esta ideia. Porque temos aqui uma ideia, temos um projeto, temos uma liderança, certamente e vamos lá deixar a política de lado, esta liderança tem um rosto que a Câmara Municipal, é a área da cultura que organiza isto, o Teatro, tem um maestro, maestro Hélder Magalhães. E depois tem um projeto que se desenvolve e nos transporta para um espaço mágico que acrescenta e nos faz mais fortes. Esta ideia é importante e Lamego pode pegar nela. Na cultura, na educação, na agricultura, no turismo, em tantas áreas que podíamos fazer igual. Mais que cada um trabalhar por si, juntar partes da sociedade, ter uma ideia, ter um projeto, ter liderança. Aqui o Município tem responsabilidade, esta liderança também é uma liderança institucional, e fazer-nos crescer, fazer-nos sentir bem. -----

Esta ideia e eu acho que vale a pena referenciar e foi, claramente, um marco e uma forma muito nobre, muito distinta, de muita qualidade para assinalar o 17.º aniversário da reabertura do Teatro Ribeiro Conceição. Claramente um obrigado às três Bandas, nomeadamente e posso fazê-lo, permitam-me que faça isso no nome dos três maestros, que muito humildemente, se sentaram e tocaram juntamente com os outros, o maestro Nuno Penetro, maestro António Ferreira e o maestro António Ferreira, para eles, na pessoa deles, parabéns a Lalim, parabéns e Magueija, parabéns a Cambres, e obrigado, porque fizeram e pela lição que nos deram.-----

Por falar no Teatro Ribeiro Conceição, também uma nota que me parece importante, porque fez parte do programa que foi a atribuição da Medalha de Mérito Municipal – Grau Ouro à AD- Associação Cultural, na pessoa do prof. Roberto Sabença. Todos conhecemos o prof. Roberto Sabença, todos sabem da sua capacidade e da sua entrega enquanto pessoa, enquanto artista, ele é o corpo e a alma desta associação, e todos sabemos o quanto esta associação represente para esta região. O prof. Roberto Sabença espalha a qualidade por esse mundo fora e traz para Lamego um conjunto de prémios. Parabéns à AD – Associação Cultural Associação, obrigado ao prof. Roberto Sabença, porque, realmente, são estas pessoas, estes atos que engrandecem Lamego.-----

Ainda no domingo e deixem-me ser simpático e generoso com os nosso vizinhos, porque estamos em Lalim, não podemos deixar de referenciar a iniciativa que

aconteceu em Ferreirim, “Comer os Milhos”, já é um clássico deste Município. A gente sabe disso, mas este ano acho que bateu todos os records, quer de número quer de qualidade, quer do envolvimento das pessoas. E outro exemplo para o Município, como são dezenas e dezenas de pessoas, crianças, jovens e idosos, que desde pequena idade começam a trabalhar, começam a participar na vida social desta freguesia. Que é facto é que isso acontece, toda a gente colabora, toda a gente participa, estamos a falar de mais de mil pessoas que participaram no evento, sem confusão, com tranquilidade, com alegria, com boa disposição, é por isso deixo, também os parabéns a Ferreirim.-----

Para acabar e continuando a ser simpático com os nossos vizinhos, relembrar que temos aí à porta o Carnaval de Lazarim, é, claramente, também uma oportunidade que Lamego estima, Lamego promove, porque o que é bom para uns é bom para todos. E neste caso o Carnaval de Lazarim sai à rua a partir do dia um de março e estamos todos convidados, certamente, e todos temos interesse em participar. Parabéns a todos e que hoje seja um bom dia de trabalho, de preferência eficaz”-----

Usou da palavra o membro **Romeu Sequeira** para fazer a sua intervenção:-----

“ Começo por cumprimentar todos os presentes na sala, um cumprimento especial ao Presidente da Junta de Lalim, que hoje nos recebe, nesta fantástica terra medieval, que muito nos agrada também este espaço belo, um cumprimento também a quem nos segue pelas redes sociais.-----

Eu gostaria de em primeiro lugar, e na sequencia daquilo que foi dito anteriormente, de parabenizar a articulação das bandas filarmónicas, as três que atualmente possuímos no nosso Município, que, de facto, nos proporcionaram, um concerto fantástico. É, de facto, uma referencia e um impulso e até um estímulo para o futuro, a tal liderança institucional que o membro José Manuel Correia falava, que realmente podia acontecer no futuro. -----

Gostaria também de felicitar e de reforçar aquilo que foi dito relativamente à atribuição da Medalha de Mérito Municipal – Grau Ouro à AD- Associação Cultural, que tem como cara principal o prof. Roberto Sabença. De facto, é uma atribuição que é justa, acho que é a palavra mais apropriada. Mas não deve ser apenas um prémio cultural, apenas um diploma. Acho que, de facto, esta associação merece que no futuro haja mais apoios para fortalecer o trabalho fantástico que fazem em prol da nossa comunidade. E nós bem sabemos que nem sempre isso tem acontecido e por isso, deixar aqui, digamos, esta palavra de incentivo para, futuramente, se possa promover uma maior articulação, um maior apoio, não só a esta associação mas também a outras associações.-----

Tenho aqui depois um outro tema, que já tenho vindo a falar noutros sessões, que é o Gabinete de Apoio ao Investidor e Empreendedorismo. E esta intervenção tem a ver com uma ineficiência e falta de clareza na implementação deste Gabinete que, realmente, tem-se visto a constatar.-----

E em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que é tão preocupante, o protocolo atualmente estabelecido com a instituição Nervir, cuja operacionalidade continua marcada pela ausência de informação adequada. Empresários, Empreendedores que não são devidamente informados sobre os períodos do seu funcionamento, nem sobre os serviços de que poderiam beneficiar, comprometendo assim, tanto a confiança como a eficiência deste importante instrumento de apoio.-----

Apesar de o Governo ter lançado, recentemente, incentivos a criação de Startups, a realidade é que este Gabinete de apoio ao investidor e empreendedorismo do nosso Município, continua a ser uma promessa vaga. Meses passaram e apesar de inúmeras menções aqui feitas na Assembleia, muitos podem ter a impressão equivocada de que esta Gabinete deixou simplesmente de existir. Contudo, este Gabinete permanece apenas no papel, sem qualquer ação concreta para dinamizar o tecido económico do nosso Concelho. Mais grave ainda, esta falta de operacionalidade coloca em causa a capacidade dos investidores lamecenses, em aproveitar estes incentivos que exigem preparação, planeamento e também um acompanhamento especializado.-----

Sem um Gabinete ativo e eficaz que antecipe e oriente a participação nestes programas, nestas medidas de apoio, os empresários locais perdem oportunidades valiosas para captar financiamento e para desenvolver os seus projetos.-----

A ausência de um plano estruturado impede que os potenciais beneficiários se preparem com antecedência, eficiência, deixando Lamego para trás no que diz respeito à captação de apoios que possam impulsionar a economia local. A comunicação com o setor empresarial também deixa muito a desejar, não existe sequer, um boletim informativo ou um canal de comunicação que detalhe os apoios e os programas, aos quais os nossos empresários se podem candidatar.-----

Quando se afirma a existência deste Gabinete, a questão é inevitável, onde se encontram estas informações? O novo sítio da intermete da Câmara Municipal de Lamego, que foi tão elogiado, inclusivamente, pelo senhor Presidente da Câmara, nem sequer dispõe de uma área dedicada a este plano, dificultando assim, ainda mais, o acesso a qualquer apoio efetivo Adicionalmente se consultarmos um cidadão lamecense, a resposta será, praticamente unanime. Não há conhecimento de qualquer apoio ou atividade promovida por esta Câmara Municipal nesse sentido. A ausência de ações, conferencias, sessões de esclarecimento, e outros eventos sobre investimento e empreendedorismo, ancorados nos programas comunitários de apoio financeiro, que envolvam os nossos empresários, e até potenciais empreendedores, evidencia a inércia e a falta de compromisso com o desenvolvimento económico local.-----

Portanto, nesta matéria não existe nada, zero, não se conhece qualquer atividade do Gabinete de Apoio ao investidor e empreendedorismo. Este gabinete nem sequer elabora uma simples newsletter ou tal boletim informativo que eu falava há pouco, que poderia ter uma potencialidade e até uma periodicidade mensal, para informar sobre

programas e apoios financeiros que a União Europeia coloca à disposição dos cidadãos e dos empresários.-----

Que eu saiba ou tenha conhecimento, este gabinete apenas elaborou um boletim informativo ou newsletter como quiserem chamar, que foi difundido pela Câmara Municipal de Lamego. E este único boletim informativo foi publicado há mais de dois anos, sem que até hoje tenha sido difundida mais alguma informação. Há mais de dois anos senhor Presidente da Câmara. Como que é possível.-----

Portanto nem boletim informativo, nem ações, nem eventos, nem ajuda, nem apoia à elaboração de candidaturas, por parte do referido gabinete, nada, simplesmente zero.

Recordo que em março de 2022 foi assinado o tal protocolo de cooperação com a Nervir, conforme foi noticiado pela Câmara Municipal. No entanto, mais uma vez, faltou transparência relativamente ao plano de funcionamento, efetivo, desse protocolo. Se a Câmara Municipal se empenha em tanto avisar os cidadãos quando a DECO visita o nosso Município, por que razão não faz relativamente à NERVIR? Será que a NERVIR tem-se deslocado até Lamego com a periodicidade prevista no protocolo? É uma questão que eu deixo. E sem tem, por que razão essa informação não é divulgada. Esta disparidade de comunicação e na prestação de serviços evidencia, a inexistência de uma estratégia integrada que deveria existir. -----

Em vez disso assistimos a iniciativas isoladas e avulsas, que não contribuem para o desenvolvimento económico do nosso concelho. Assim recomendo ao senhor Presidente da Câmara que repense a operacionalidade e a comunicação do Gabinete de Apoio ao Investidor e Empreendedorismo do nosso Concelho. De forma a garantir a informação e os apoios financeiros que sejam, efetivamente, disponibilizados. Com clareza, com prazos definidos e com ações concretas para dinamizar a economia lamecense. Se nada for feito, como bem sabemos, nada acontecerá. -----

Lamego necessita urgentemente de dinâmicas concretas, que promovam o tecido empresarial, e, conseqüentemente, o desenvolvimento económico do nosso concelho”

Interveio o membro **Pedro Torres** para afirmar o seguinte:-----

“Começo por cumprimentar todos os presentes na sala, a todos aqueles que estão assistir lá em casa. Mas permitam-me em primeiro lugar, logicamente, estando hoje em terras de Lalim, na pessoa do seu Presidente da Junta, logicamente agradecer a forma calorosa como sempre nos acolhem e hoje em especial.-----

Vou ser, relativamente, breve, trago aqui apenas um assunto, para já, que diz respeito à mobilidade.-----

Senhor Presidente da Câmara a partir de janeiro, pelo menos de forma visível, passou a ter um novo prestador de serviços – transportes públicos, no Concelho de Lamego. E desde já, aquilo que me parece e aquilo que nos foi chegando, é que nem tudo está bem com esta nova prestação de serviços. -----

Ao longo de vários anos, Lamego foi tendo um serviço de mobilidade que foi melhorando ao longo dos diferentes anos, independentemente, daquilo que foram os

prestadores de serviços, foram criadas mais linhas, a rede conseguiu abranger, de facto, mais pessoas, mesmo em lugares onde era difícil haver transportes públicos. E, independentemente, das empresas que prestaram esse serviço, aquilo que nos parece agora, é que andamos para trás e pagando muito mais.-----

E passo, exatamente, a dizer o que se está aqui a acontecer, gostaria, logicamente, aqui algum esclarecimento, e de alguns pontos, por forma a conseguirmos garantir junto da população, de facto, que as coisas poderão melhorar. -----

Bom, em primeiro lugar, todos se devem lembrar, quando foi votado aqui o novo processo de transportes públicos. Independentemente, de reservas que nós colocamos e que, logicamente, estavam associadas, principalmente em relação aos valores e o prolongar do tempo, independentemente disso, que era aquilo que nos afastava, nos pensávamos logicamente, pelo menos a qualidade do serviço iria, no mínimo se manter, da mesma forma que aconteceu quer com a Rodo Norte, quer com a Transdev, em que independentemente de algumas falhas, havia alguma qualidade de serviço.-----

Aquilo que nós verificamos em primeiro lugar, isso é visível para toda a gente, começa desde logo pela qualidade, dos veículos que estão disponíveis à população. E comparativamente com aquilo que acontecia anteriormente, quer com a Transdev quer coma Rodo Norte, a qualidade de serviço e conforto dos nossos concidadãos, é, de facto, inferior. -----

Em segundo lugar, se bem me lembro, estava previsto, principalmente para a rede do Verدينho, a utilização de autocarros eléctricos, fazia parte do caderno de encargos. A não ser que estejam escondidos num sítio qualquer, até à data nunca ninguém viu nenhum a circular. Gostaríamos de saber porque, não nos parece normal que, levando tanto tempo de preparação para esta nova prestação de serviços, os autocarros eléctricos não possam circular, contribuindo para aquilo que é a melhoria da qualidade do nosso ambiente. Teoricamente seriam carros novos, teoricamente também para a melhoria do conforto das pessoas, e aquilo que a gente pode verificar são carros bastante antigos que estão a circular, sabe-se lá vindo de onde.-----

Há aqui outra questão que, de facto me está a meter alguma confusão, parece que existe, ainda não sei se já foi resolvido, pelo menos até à semana anterior não, parece que existe ainda aqui problemas com a questão relacionada com a bilhética, que se, em bom rigor é verdade, que tem feito com que grande parte dos passageiros possam andar de forma gratuita, também não deixa de ser verdade que esse atraso provocado pelo operador, faz com que, parte da receita que o Município devia estar a arrecadar da bilhética não está a acontecer. E a minha pergunta é muito simples, se o problema está do lado de lá, isto é uma pergunta, está do lado deles, qual é a penalização que eles estão a ter, por forma não onerar aquilo que são os custos do Município.-----

Porque logicamente o Município não recebendo valores de bilhética, e pagando o valor que esta predestinado no contrato, significa que todos nós vamos pagar muito mais por esse transporte.-----

Volto outra vez ao ponto inicial, deixa muito a desejar em relação àquilo que era a qualidade dos serviços prestados antes.-----

E por último, eu tenho essa informação, parece também que existe um problema na georreferenciação dos veículos, o que irá impedir o Município de Lamego de monitorizar e controlar aquilo que poderá ser a real execução dos serviços que estão contratualizados. Eu vou ser mais claro. Se nós não conseguirmos saber por onde passam os autocarros, nós não conseguimos saber se aquilo que está contratualizado a nível do número de voltas, a nível dos horários, a nível daquilo que são as rotinas, torne-se extremamente difícil saber se, efetivamente estão a cumprir ou não aquilo para o qual estão a ser pagos.-----

Portanto deixo aqui estes pequenos reparos, sabendo da importância que têm os transportes públicos na mobilidade das pessoas de Lamego que merece, claramente. Logicamente o Município de Lamego não faz a gestão direta daquilo que é o transporte, mas tem que garantir uma coisa, tem que garantir quem nos presta serviço, que preste com a qualidade, que preste com a dignidade que todos os lamecenses merecem. -----

Usou da palavra o membro **António Penela** para proferir o seguinte:-----

“Começo por cumprimentar todos os presentes na sala em especial o Presidente da Junta de Freguesia de Lalim, por nos receber tão bem.-----

A minha intervenção tem por objetivo efetuar dois elogios, ao contrário do que costumam acusarmo-nos, hoje é para elogiar.-----

O primeiro vai para o senhor Presidente da Câmara, porque finalmente o Centro de Emprego de Lamego, finalmente tem um dirigente, pois encontrou-se completamente ao abandono, desde o dia um de setembro de dois mil e vinte e quatro, completamente abandonado, sem qualquer dirigente, sem director, sem coordenação, passados seis meses e oito meses sem director. Parece que para Lamego este tempo não foi perdido, pois a centralidade de Lamego parece-me que estará garantida. O senhor Presidente da Câmara certamente terá exercido a sua influência, tanto pessoal como política, para a nomeação do novo director do Centro de Emprego de Lamego. Pena que tenha sido um parto bastante demorado. Estado a casa, repito, ao abandono. Mas perante isto, certamente, que será satisfação de todos, de todos nós aqui, porque, efetivamente, o assunto estará resolvido. Faço aqui uma pergunta, será que ainda somos a capital do Douro Sul?-----

Citando o membro José Manuel Correia, que disse que “temos liderança, temos um projeto” foram as palavras que disse há um bocadinho, será que foi por simpatia, generosidade com os nosso vizinhos. Também acredito que possa ter sido aqui a estratégia definida.-----

Sendo uma solução que já estava anunciada, ainda estava em exercício o anterior director, no final de junho já se adiantava da pessoa que, eventualmente, está agora no cargo, não sei porque é que demorou tanto tempo. Será que o senhor Presidente exerceu a sua influência mesmo ou não foi tido nem achado ou se calhar não atenderam às suas pretensões. Gostava de ouvir a opinião do Presidente da Câmara sobre este assunto.-----

O segundo elogio, este sim, sincero, também é um elogio mas com alguma ironia, este sincero, naturalmente, vai para o pessoal do Centro de Emprego de Lamego, porque souberam dar continuidade ao trabalho até aí desenvolvido, apesar das dificuldades que estiveram à deriva, durante, como disse, meio ano sem ninguém, foram dando resposta às solicitações que havia, tanto dos nossos desempregados como das entidade que ligam com o Centro de Emprego.”-----

Interveio o membro **Marta Santos** para proferir a sua intervenção:-----

“Cumprimento todos os presentes nesta sala, em especial o Presidente da Junta de Freguesia de Lalim, onde nos encontramos hoje.-----

*Compreendo que muitos possam já estar fartos de ouvir-me abordar este assunto, um tema que, infelizmente, tem envelhecido sem que se concretize. Contudo, trago-o novamente à vossa atenção, pois ainda acredito que é fundamental dar-lhe a devida urgência antes que se perca no esquecimento. Passaram já **dois anos** desde que este assunto foi colocado pela primeira vez na ordem do dia. Desde então, não posso deixar de manifestar a minha preocupação com a ausência de ações concretas por parte do executivo municipal para a criação do **Conselho Municipal da Juventude**, um organismo essencial para a participação dos jovens nas decisões políticas locais.*

*Recordo que, há dois anos, fizemos um **apelo** à criação deste conselho, e a resposta recebida foi que o processo estava quase concluído, faltando apenas a redação do regulamento. Porém, quando voltei a interpelar esta Assembleia sobre o assunto, há cerca de um ano, foi-nos informado que o regulamento já estava pronto para consulta pública.*-----

*Esse regulamento foi, de facto, colocado em consulta pública, na qual a Juventude Socialista participou ativamente. Enviámos uma proposta de regulamentação no dia **13 de março do ano passado**, mas até hoje **não obtivemos qualquer resposta.***-----

*Pergunto: **por que razão ainda não houve resposta?** O que está a impedir a constituição do Conselho Municipal da Juventude? Não se pode justificar que seja pela falta de interesse das associações, pois sabemos que várias delas, além de nós, têm um claro interesse em fazer parte deste Conselho, e não foram contactadas para manifestar esse mesmo interesse.*-----

*Este Conselho é mais do que uma questão burocrática. Trata-se de um **instrumento fundamental para a inclusão da juventude nas decisões políticas locais**, permitindo-nos ter uma voz ativa nas questões que impactam diretamente as nossas vidas e o nosso futuro.*-----

Não estamos a lutar por um feito apenas da Juventude Socialista ou de uma única corrente política.-----

*O que defendemos é que a **criação deste Conselho seja um feito de Lamego, de nós jovens e de todas as associações que nele devem ter assento.***-----

Por isso, faço um apelo para que, finalmente, este processo seja agilizado e concretizado. A juventude de Lamego merece ser ouvida. A nossa cidade merece um espaço onde as novas gerações possam efetivamente participar e contribuir para o seu desempenho e desenvolvimento".-----

Interveio o membro **Alexandre Hoffmann** para fazer a seguinte intervenção:-----

"Caros senhores, caras senhoras, comede por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa a respectiva mesa, o senhor Presidente da câmara e restante executivo, os membros da assembleia e presidentes de junta, com foco particular no dia de hoje no senhor Presidente da Junta de Lalim que hoje nos recebe, bem como a população deste território.-----

Caro senhor. Presidente da Câmara, começo por trazer algumas preocupações correlacionadas com os meios informáticos à disposição dos alunos das escolas do concelho, ferramentas que são centrais no seu processo de aprendizagem, para além de configurarem o cumprimento obrigatórias. O actual cenário a nível nacional define que estão em faltos mais de 45 mil computadores, sejam novos ou por reparar, nas escolas portuguesas, para que todos os alunos, sem exceção tenham acesso a estes equipamentos informáticos. Não se sabe, ou não sabemos nós, quantos destes equipamentos estão em falta nas escolas de Lamego, mas existem relatos que avisam para esta questão, questão que muito dos preocupa. Senhor Presidente, as dificuldades para as quais alertámos sobre o processo de transferência de competências do estado central para o poder local, e que PS e PSD de tão bom grado aceitaram, atiram agora para o colo dos municípios esta difícil tarefa, pelo que perguntamos quantos alunos em Lamego estão sem acesso a este tipo de equipamentos e de que forma e em que prazos está o município a tratar de dar resposta ao assunto.-----

Ainda no âmbito das escolas, preocupações de outro tipo têm sido levantadas, nomeadamente com a escassez, ou inexistência mesmo, de transportes adequados que garantam a deslocação dos alunos em contexto escolar, que fazem circular pela malha urbana as crianças independentemente das condições climatéricas, em particular nas idas e vindas do centro escolar para as piscinas municipais, o que levantou alguma preocupação por parte das organizações, dos próprios encarregados de educação.-----

Senhor Presidente, tempo para mais uma interpelação, assunto que foi já levantado por nós neste e no anterior mandato, e que se prende com as condições desapropriadas e indignas a que têm acesso os operacionais desta autarquia, nomeadamente nos espaços comuns designados como 'oficinas'. O local imediato de

trabalho destes trabalhadores não reúne há muito as condições exigidas ao tempo e à civilidade dos dias que correm, estruturas degradadas, sanitários que não estão em condições e vestuários inexistentes. É urgente que haja um plano de requalificação daqueles espaços que propiciem as condições mínimas aos trabalhadores desta autarquia, sendo que o estado actual configura, naturalmente, um péssimo exemplo que o município transporta para o exterior”.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para fazer a seguinte intervenção e responder às perguntas colocadas pelos membros da Assembleia nas suas intervenções:-----

“Começo por saudar todos os presentes nesta sala, e a todos os lalinenses que acompanham esta Assembleia Municipal. Uma saudação especial ao Presidente da Junta de Freguesia de Lalim, que nos acolhe de forma tão digna neste espaço extraordinário que é a Quinta do Terreiro. A Quinta do Terreiro é o rosto em termos turísticos da Vila de Lalim, um espaço que tem vida, uma freguesia que tem indústria, que cria emprego, que consegue ainda reter e manter alguns dos seus melhores, os jovens que aqui continuam a viver, a trabalhar, a constituir família e a criar riqueza.

Lalim é por isso uma referência entre as freguesias do nosso Concelho, não deixamos de salientar, por ter, efetivamente, duas ou três áreas de atividade, empresas de grande destaque. Da área dos fumeiros, da panificação, entre outras que são muitíssimo importantes.-----

Por estarmos neste espaço eu queria deixar aqui uma referência, que de resto o Presidente da Junta de Lalim também fez a duas pessoas: ao Dr. José António Rebelo Fernandes, que foi Presidente desta Assembleia e que era também proprietário desta casa, que já não está connosco, e ao Eng.º Francisco Rebelo Fernandes, foi também autarca como nós, foi Vice-Presidente da Câmara de Viseu e dedicou uma grande parte da sua vida, além do serviço público a este espaço onde nos encontramos. Curvamo-nos em memória dessas figuras, importantes no desenvolvimento da freguesia de Lalim e do nosso Concelho e cujo exemplo queremos, naturalmente, seguir. -----

Queria em relação à intervenção que o senhor Presidente da Junta de Lalim aqui fez, dizer que falarei na discussão dos protocolos sobre aquilo que tem sido a nossa política para as freguesias e os investimentos que temos feito nas freguesias. Mas vou deixar só e já alguns números.-----

Fizemos investimentos na iluminação pública, que é sempre um aspecto muito importante, relacionado com o conforto e com a segurança das populações, na ordem dos sessenta mil euros, sabendo que grande parte destes investimentos são suportados pelo operador da rede. -----

Fizemos quase cento e cinquenta mil euros de aquisições de serviços que foram fornecidos diretamente às Juntas; fizemos mais de quinhentos e quarenta mil euros de obras por administração direta nas Juntas de Freguesia, mormente a reposição de

muros, pavimentos, obras de água e saneamento, sinalização, essas pequenas intervenções.-----

Ficaram hoje assinados protocolos no montante de um milhão e quatrocentos e cinquenta e dois mil euros, e temos neste momento, a concurso o terceiro pacote de pavimentações que totalizará investimentos de três milhões, quinhentos e sessenta e três mil euros em pavimentações, apenas em betuminoso. Há depois algumas reposições e prolongamento de pavimentos em cubo que não estão aqui incluídos.-----

Estamos a falar em cerca de cinco milhões e quatrocentos mil euros de investimentos nas freguesias, cuja repartição eu farei, porque temos, efetivamente, metade da população concentrada na cidade, outra metade concentrada nas restantes dezassete freguesias, e com os protocolos farei uma explicação mais pormenorizada daquilo que tem sido a estratégia e daquilo que tem sido a prática, a execução no terreno, dos investimentos que são necessários. -----

Em relação a Lalim, temos, efetivamente, como principal prioridade, o investimento do Centro Cívico, a seguir às obras que estão em curso, a Capela Mortuária e outras pequenas obras que têm sido levadas a cabo, por colaboração entre o Município e a Freguesia. -----

Em relação ao PDM, um assunto que é transversal a todo o concelho, ou seja, é um assunto que nos preocupa muito, nos preocupa ainda mais face às alterações legais que levaram ao desaparecimento das áreas urbanizáveis, e que com a polémica levantada em torno da chamada Lei dos Solos, que é apenas uma alteração ao Regimento Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), o que acontece, ficaremos efetivamente ainda mais limitados do que estávamos num território que já tem as dificuldades, já tem os obstáculos que decorrem das nossas condições naturais. Reserva Ecológica, Reserva Agrícola, Rede Natura, Leitos Cheia, Zonas de Risco Elevado de Incêndio, temos efetivamente micro propriedade, não temos propriedade com dimensão para com dois, três, quatro e cinco hectares, de fazer uma construção de habitação que seja ou de um armazém de investimento agro-industrial. Temos por isso, necessidade de concluirmos muito rapidamente a revisão do PDM.

Mas este está a ser um processo, como é sempre, ultra burocratizado, ultra dificultado, por um conjunto de entidades que não querem, efetivamente, o desenvolvimento do território, querem apenas a garantia do seu poder, de dizer não a esta ou aquela opção política, que legitimamente o Município: Câmara e esta Assembleia Municipal deverão tomar sobre o Plano Diretor Municipal.-----

Respondendo às questões que aqui foram colocadas pelos membros municipais, em relação ao membro José Manuel Correia, se referiu aos eventos do passado domingo, o tradicional “Comer dos Milhos” em Ferreirim e quero felicitar o Centro Cultural e Recreativo de Ferreirim e a Junta de Freguesia de Ferreirim e toda população que mantém esta belíssima tradição. E também ao aniversário da reabertura do Teatro Ribeiro Conceição e à entrega da Medalha de Mérito Cultural à Associação AD

Associação Cultural. Foram dois momentos fantásticos com a intervenção das três bandas filarmónicas do Concelho, como já aqui foi referido e a uma homenagem muito merecida à AD Associação Cultural, que tem um trabalho notável, feito com crianças e jovens na dança, mas também com seniores, num projeto de responsabilidade social que a AD Associação Cultural e particularmente o professor Roberto Sabença têm mantido e que merecem obviamente, a nossa homenagem e nosso elogio.-----

Em relação à intervenção do membro Romeu Sequeira, o membro Romeu Sequeira durante muitas Assembleias Municipais, perguntava e “então onde está o Gabinete de Apoio ao investidor, onde é o Gabinete de Apoio ao Investidor” “Quem são as pessoas que estão no Gabinete de Apoio ao investidor”. Afinal agora já reconheceu que há Gabinete de Apoio ao Investidor, só que não trabalha. Até já fez um boletim, já fez a newsletter. Eu quero dizer em relação a isto, mais uma vez, duas coisas: todos os empreendedores e investidores que queiram ou necessitem de informações da parte do Município de Lamego têm a porta aberta, como sempre, para receber todas essas informações da Câmara Municipal. -----

Em relação ao apoio ao empreendedorismo, nomeadamente a Startups, temos uma incubadura de empresa que está contratualizada com a Escola Superior de Tecnologia e Gestão e que confiamos que está a fazer adequadamente o seu trabalho. O membro Romeu Sequeira também anda por lá, é capaz de poder ter acesso a informação e saber o que se passa.-----

Já em relação ao protocolo com a Nervir, o protocolo com a Nervir foi, especificamente, elaborado para os bairros comerciais digitais, e o Nervir tem em funcionamento, tem em permanência em Lamego, uma pessoa, que a gestora de bairro que está, neste momento instalada no Mercado Municipal e onde recebe todos os comerciantes e onde faz o acompanhamento do programa como lhe está cometida. Relativamente às questões da mobilidade que aqui foram trazidas, o prazo de transição do anterior prestador de serviços da Rodo Norte para o atual prestador de serviços Vale do Ave, foi apenas de sessenta dias, era o que estava previsto no caderno de encargos, de facto, não foi suficiente, nem para a entrega dos veículos elétricos que deviam ter chegado agora no mês de fevereiro, ainda não chegaram, fevereiro não acabou, mas é possível que esse prazo não seja cumprido, nem para a implementação do sistema de bilhética, e da georreferenciação dos veículos, por isso são obrigações contratuais que serão levadas a cabo.-----

Em relação à qualidade dos veículos, os veículos são, efetivamente, muitos deles veículos urbanos, ou seja, não têm o conforto dos autocarros de turismo que, tradicionalmente eram utilizados nas carreiras municipais, mas cumprem todos os critérios quer de conforto quer de idades que estão previstos no caderno de encargos. Esperamos que muito rapidamente a concessionária possa cumprir integralmente as condições do caderno de encargos e levar a cabo a prestação de serviços com toda a qualidade.-----

Relativamente à perda de receita da bilheteira que está a decorrer, essa questão será avaliada, em todo o caso a opção do Município foi de, não havendo condições para emitir a bilheteira nos termos contratuais, dispensar os utilizadores de pagamento enquanto esta situação se mantiver. -----

No que concerne á questão colocada pelo membro António Penela, agradeço o elogio relativamente à nomeação do director do Centro de Emprego, desejo-lhe muitas felicidades, é um cargo muito complexo, é um cargo que tem que responder a solicitações por parte de população em dificuldade, à procura de emprego e é necessário fazer esse acerto entre a oferta de emprego, que felizmente, ainda temos no nosso Concelho e a procura de emprego por parte de muitos lamecenses que estão ma situação de desemprego.-----

Relativamente ao facto do novo Diretor do Centro de Emprego, em fim ser de Armamar é porque já não havia em Penela da Beira, e portanto, tivemos que recorrer a outro local.-----

Em Relação ao Conselho Municipal da Juventude, que o membro Marta Santos aqui referiu, é, efetivamente, temos estado a implementar todos os Conselhos Municipais, ainda recentemente foi instalado o Conselho Municipal de Saúde, e fomos o primeiro Município, quer da área da intervenção da ULS de Trás-os-Montes e Alto Douro, quer no distrito de Viseu a implementar o Conselho de Municipal de Saúde. E o Conselho Municipal de Juventude também será implementado logo que sejam ultrapassadas um conjunto de questões que foram colocadas no âmbito da consulta pública, que os serviços ainda não conseguiram responder. Logo que esses contributos sejam analisados e seja redigida em versal final o regulamento, será constituído o Conselho e começará a funcionar.-----

No que que concerne às questões colocadas pelo membro Alexandre Hoffmann, em relação à educação, a primeira questão tem a ver com a informática, o parque informático que está ao serviço das nossas escolas precisa, permanentemente, ser renovado como todo o parque informático, mas não há carência de parque informático. Há, efetivamente, necessidade de atualização e modernização do parque informático, o que está a ser feito. -----

Em relação aos transportes, não são transportes escolares, são transportes para atividades, não são responsabilidade do Município, sempre que possível são disponibilizados, mas não são responsabilidade do Município e temos que ser muito claros.-----

Em relação às oficinas, tem toda a razão. As oficinas municipais não têm condições em termos de sanitários e balneários, copa de apoio aos colaboradores que deviam ter. Temos tido várias hesitações, como é sabido o anterior executivo adquiriu um Armazém em Várzea de Abrunhais para instalar as oficinas municipais, mas nunca fez essa transferência. Nós tínhamos uma opção diferente, que entretanto foi ultrapassada pela escolha do terreno das Lamas, em Cambres, para a construção de um bloco

habitacional, e portanto, ficamos numa situação de, ou investir no espaço onde estão as atuais oficinas ou mudá-las de vez para outro local. -----

Em relação ao espaço onde estão, ainda temos a hipótese no âmbito do projeto Reabilitação do Jardim do Campo, de poder vir a instalar naquele espaço um parque de estacionamento e uma praça superior, e nessa altura as oficinas iriam ser demolidas e não faria sentido estarmos a fazer este investimento. Mas é óbvio, é evidente, que temos muito rapidamente encontrar soluções para que os nossos funcionários tenham condições adequadas, que possam ter o apoio em termos de condições de higiene e segurança nas instalações que utilizam quotidianamente nas suas atividade”.-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Em relação àquilo que foi as questões colocadas especificamente pela minha pessoa, há aqui uma coisa de que eu gostaria e se calhar gostaria, por parte do senhor Presidente da Câmara de uma resposta mais clara. Em relação à não introdução até à data da bilhética, acredito logicamente, que daqui a uns tempos, ainda não sabemos é que ela será reintroduzida. A minha pergunta é muito simples, não me parece, de facto, tomando a decisão por boa, enquanto não houver sistema de bilhética, logicamente quem está a usufruir dos transportes não vai pagar. Mas há aqui outra questão que também se prende pela incapacidade por parte do operador em, efetivamente, colocar em prática a bilhética e a minha pergunta é muito simples. Vai o Município de Lamego, em relação a esta questão específica, exercer aquilo que é um direito de defesa para com os seus concidadãos, neste caso, em relação aos contribuintes lamecenses e logicamente fazer aqui um acerto em relação ao valor, se sim ou se não. -----

Em relação à questão da não utilização até à data dos autocarros elétricos, disse e muito bem o mês de fevereiro ainda não terminou, portanto, ficamos a aguardar impacientemente se chegam até sexta-feira ou então fazem uma entrega tardia no sábado. Portanto, partindo do pressuposto que não vão chegar, se o Município de Lamego vai ou não exercer junto do operador, aquilo que é, no fundo, não é o cumprimento pós data, é, efetivamente, fazer um acerto de valor, pelo não cumprimento contratual. -----

Há outra questão que eu coloquei aqui, mas, provavelmente, o senhor Presidente da Câmara provavelmente não se apercebeu ou não registou, que tem ver com a questão georreferenciação, e de facto, a questão dos veículos estarem ou não monitorizados por JPS e o Município poder ou não aferir daquilo que é o cumprimento contratual que está previsto na concessão deste serviço”-----

Tomou a palavra a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para responder às questões formuladas: -----

“Naturalmente que o contrato será integralmente cumprido e serão aplicadas todas as penalizações que estiverem previstas. -----

Relativamente à perda de receitas, estamos a falar de um valor que em dois meses, significa menos de vinte mil euros, significará ainda hoje menos, porque como é sabido, os passes são gratuitos até aos vinte e dois anos, para toda a população, e também a partir da idade igual ou superior a cinco anos. Portanto, os valores que seriam de quinze a vinte mil euros para os dois meses, serão hoje muito inferiores. ---

Relativamente quer aos veículos elétricos quer à bilhética, a empresa está a diligenciar para que eles venham até ao final de fevereiro ou início de março, assim como o sistema de georreferenciação, ou seja, quando houver bilhética, todo o sistema eletrónico é integrado, e haverá também sistema de georreferenciação.-----

Relativamente ao cumprimento das carreiras, dos horários, da qualidade de serviço, tirando questões pontuais que se puseram no início do contrato, não temos tido, neste momento, nenhuma reclamação em relação ao funcionamento dos serviços, e portanto está a funcionar de forma adequada, melhorando e aumentando as circulações em relação àquilo que tínhamos no contrato e esperamos que, muito brevemente, dentro de semanas, com os veículos elétricos, com a bilhética, com a georreferenciação, tal como está previsto em termos contratuais.”-----

*Interveio o **Presidente da Assembleia** para dar a nota das substituições”.-----*

“Hoje temos o membro Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, em substituição de Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto em substituição de Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Luís Filipe Pinto Carrapatoso em substituição de Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho; Marina Isabel Henriques Pereira Martins, da União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melções, em substituição do seu Presidente.-----

2.1.ASSUNTO: APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025-----

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 25 de dezembro de 2024, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os deputados. Feita a contagem verificou-se que estiveram presentes trinta e oito membros, existindo, seis não votos de membros que não estiveram presentes naquela sessão: José Manuel Lourenço Correia, Vítor Nuno Gomes Santos, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Sérgio Pedro Rua Capela, Luís Luís Filipe Pinto Carrapatos Oliveira, Marina Isabel Henriques Pereira Martins.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estão trinta e dois membros presentes na sala.-----

Deliberação : Aprovada, por unanimidade dos presentes:-----

Tendo estado presentes os membros: do grupo Municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa – Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, Alita Maria de Jesus Carvalho, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima

Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Paulo Henriques Almeida Loureiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Maria Otília da Silva Teixeira, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas -----

Do grupo municipal do partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Adelino Gomes Magalhães, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Teixeira Xavier-----

Do membro da CDU: Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela.-----

Existindo seis não votos dos membros Vítor Nuno Gomes dos Santos, José Manuel Lourenço Correia, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Sérgio Pedro da Rua Capela, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira e Marina Isabel Henriques Pereira Martins.

Ausentes na sessão: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves e Viriato Pina de Lemos.

2.2. ASSUNTO: INFORMAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS DIVERSOS ÓRGÃOS-----

Não houve nenhuma intervenção por partes dos membros municipais representantes da Assembleia Municipal nos diversos órgãos.

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA.-----

3.1.ASSUNTO: APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 7572013 E ARTIGOS 3.º, N.º 1, ALÍNEA C) E 17.º DO REGIMENTO E RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2023-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para apresentar a informação:-----

“Relativamente à informação escrita quero salientar alguns eventos, nomeadamente obras da construção de habitação a custos controlados, quer em Cambres quer em Nazes e também em São Gens, na Ponte de Pau e em Santo António. Temos por isso hoje, praticamente toda a construção de habitação a decorrer, exceto os apartamentos que vamos fazer no antigo quartel dos Bombeiros. É uma boa notícia, são quinze milhões de euros de investimento, cento e dezoito fogos para outras tantas famílias que necessitam de habitação a custos adequados.-----

Quero chamar a atenção também para referir o aniversário do Rancho de Fafel, uma das mais antigas e dinâmicas instituições culturais do nosso Concelho.-----

A atribuição da Medalha de Mérito Municipal – Grau Ouro à professora Aurora Simões Matos. -----

A requalificação que estamos a fazer na Quinta de São Vicente, a seguir ao Paraíso está-se a fazer uma intervenção em São Vicente. Iremos também fazer, muito brevemente, no separador da Rua Artilharia 9. Vamos também requalificar um conjunto de rotundas da cidade e depois teremos ainda na Ortigosa e noutros espaços

da cidade alguns aspetos de intervenção no arvoredo urbano, nos passeios, para garantir melhores condições para a população, e sobretudo, para corrigir alguns erros relativamente à escolha de espécies herbóreas inadequada, ou porque crescem muito, entram nas janelas, destroem os passeios ou porque não são, efetivamente, adequadas ao espaço urbano. -----

Quero salientar, já aqui falamos transportes, o início da nova criação de transportes públicos, que traz agregada o passe 100% gratuito para os que têm idade igual ou superior a sessenta e cinco, ou quando seja pensionista ou reformado com idade inferior e também um conjunto de novos abrigos para dar algum conforto para quem espera pelos transportes públicos.

Uma nota para as festas da Senhora das Candeias, em Avões e em Ferreiros de Avões.-----

Para os resultados que foram atingidos pelo nosso Abrigo, sendo de recolha de animais de Lamego, que recolheu no ano de 2024 mais de quatrocentos e dezassete animais errantes. É um trabalho árduo, é um trabalho permanente dia e noite, que os colaboradores do abrigo têm levado a cabo, que quero aqui reconhecer, e que segue depois com campanhas de adoção, que têm sido muito bem-sucedidas.-----

Começamos a ver com a recolha que foi feita das principais matilhas na cidade, nomeadamente no Paraíso e na rotunda do Torrão, começamos a ver a luz ao fundo do túnel, começamos a perceber que vamos conseguir controlar os animais errantes que deambulavam pela nossa cidade.-----

Quero referir a homenagem que foi prestada pelo Rotary Clube de Lamego a duas personalidades do nosso Concelho: um empresário o senhor Henrique Cruz, proprietário do Hotel Douro Castelo, e também o senhor António Manso, Presidente do Andebol Clube de Lamego, há várias décadas, onde tem feito um trabalho notável.-----

Quero destacar a participação do Fórum Nacional de Resíduos, nos temos como é sabido um aterro sanitário no nosso Concelho e temos por isso também responsabilidade e interesse particular nesta matéria de resíduos, que acompanhamos com muito cuidado e com muita preocupação.-----

Salientar também a continuação das obras da Residência dos Estudantes, esperando que no início do próximo ano letivo ela esteja pronta a ser ocupada.-----

Obras de conservação na Nacional 226 levadas a cabo pelo Município e numa circunstância em que os protocolos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, deveriam estar a dar resposta a essa necessidade. -----

Destacar ainda uma obra muito pequena, mas muito simbólica que foi feita no Bairral, em Britiande, que foi a beneficiação do adro da capela de São Gonçalo, um envolvimento muito grande de toda a população do Bairral, que é um lugar pequeno, mas de gente orgulhosa do seu património, com o apoio da Câmara e da Junta de Freguesia levou a cabo uma obra muito simbólica.-----

Referir também a conclusão ou quase conclusão de obras no Largo do Mercado Municipal, a requalificação daquele espaço de estacionamento. -----

Relativamente às obras do PRR que temos em curso, além da Residência de Estudantes que já referi. Temos aprovado no PRR a habitação social, quinze milhões de euros, o Parque de Saúde de Lamego, nove milhões e quinhentos mil euros, a Escola EB 2/3 com oito milhões e novecentos mil euros, e também a Escola Secundária da Sé, que ainda não está aqui referida, porque não tivemos ainda acesso ao contrato de financiamento, mas que está muito mal financiada para uma obra de doze milhões de euros, apanhamos os últimos quatro milhões do PRR, aguardamos a contratualização pelo Estado Português do prometido empréstimo do Banco Europeu de Investimentos, que irá financiar as escolas que não são abrangidas pelo PRR e como a nossa esta no meio ou antes um terço é abrangido pelo PRR e dois terços não é, iremos, naturalmente, aguardar para saber se seremos ou não contemplados com este empréstimo BEI, até lá falaremos disto num outro ponto desta sessão.-----

E temos ainda a obra do Museu de Lamego, requalificação do Museu, que abrimos esta semana pela terceira vez, um concurso de empreitadas, esperamos que desta vez haja candidatos e seja possível adjudicar esta empreitada.-----

Em relação à informação financeira e à informação relativa aos processos judiciais, chamava só a vossa atenção para a conclusão de um processo, que é importante, embora nunca tivemos dúvidas que iríamos ganhá-lo, tem a ver com o processo que foi interposto pela Lameurbe contra o Município de Lamego e em que eram reclamados cerca de dois milhões de euros, a ação foi julgada improcedente, portanto o processo está, nesta altura findo.-----

Tomou a palavra o membro **Romeu Sequeira** para proferir a seguinte intervenção:-----

“Gostaria aqui de fazer uma pequena introdução e a propósito da reação imediata do nosso Presidente da Câmara, ainda em resposta às intervenções dos membros do partido Socialista, durante o período antes da ordem do dia. E conforme nos ensinaram os filósofos da antiguidade, a ironia, afinal faz mesmo efeito. Temos uma liderança democrático no partido Socialista, com voz e autonomia nas alocações dos nossos membros municipais. É a nossa diferença, damos voz e liberdade a todos.-----

Eu gostaria, digamos, inicialmente, de reforçar a atribuição da Medalha de Mérito Municipal – Grau Ouro, à Escritora Aurora Simões de Matos, pelo seu contributo que tem dado nos últimos anos, não só em termos de promoção daquilo que é a cultura, a escrita, levando Lamego também fora de portas, no seu melhor quadro.-----

Por isso, uma atribuição reconhecida e que foi de facto atribuída com toda a distinção e bastante merecida. -----

E agora, um outro tema totalmente distinto, eu gostaria de manifestar a minha preocupação relativamente à forma como está a ser conduzido o processo de realojamento das pessoas que, atualmente residem no terreno, onde serão construídas as habitações a custos controlados no Bairro de Nazes. Isto no âmbito da

Estratégia local de habitação, como inicialmente o senhor Presidente da Câmara teve oportunidade de referir nas informações.-----

E pergunto já ao senhor Presidente da Câmara como está a ser conduzido este processo? Solicito que responda com clareza e precisão, pois chegaram-nos vários relatos de descontentamento e indignação, por parte das pessoas e perante os factos não podemos ficar indiferentes. Pelo que sabemos, a comunicação deste processo foi realizada de forma abrupta e desrespeitosa. O executivo camarário pretende iniciar a obra no início do mês de março, como sabemos, e ao invés de contactar atempadamente os cidadãos que residem neste local, informando-os, esclarecendo-os, como se iria proceder ao seu realojamento, garantindo assim uma solução temporária digna enquanto decorrem as obras, decidiu apenas, a cerca de duas semanas antes do início destes trabalhos, enviar alguns técnicos do nosso Município, para comunicar a essas pessoas que têm de deixar as suas habitações e que serão realojados em meros contentores.-----

Senhor Presidente da Câmara pergunto-lhe, considera justo e digno realojar estas pessoas em contentores apenas duas semanas antes de este trabalho iniciar? Além disso considera justo e digno realojar estas pessoas, durante cerca de dois anos em contentores? Uma mudança desta natureza exige planeamento, exige diálogo, exige sensibilidade. -----

Devia ser responsabilidade do senhor Presidente da Câmara e do executivo municipal promover reuniões com estas famílias, com vários meses de antecedência, de forma progressiva, garantindo assim que fossem devidamente informadas e que esta transição ocorresse com o acompanhamento e respeito por estas pessoas afectadas.

Não caberia aos técnicos do Município comunicar esta decisão. Muito menos num prazo tão curto. E o mais intrigante e preocupante é que existiriam apoios no âmbito do plano de recuperação e resiliência, que poderiam ter sido utilizados, para financiar alojamentos temporários dignos para os residentes deste Bairro de Nazes. No entanto, esses apoios não foram acautelados nem accionados, o que demonstra a inércia do tão falado e tão aclamado super gabinete de apoios a fundos estruturais, que o senhor Presidente da Câmara já teve oportunidade de exaltar, durante várias vezes ao longo do seu mandato. -----

E eu pergunto, de que serve um gabinete de dedicado à captação de fundos e à elaboração de candidaturas, se na prática não consegue assegurar os apoios necessários para garantir condições básicas de dignidade para os nossos cidadãos. Estamos a falar de dezenas de pessoas, que serão obrigadas a viver em contentores durante quase dois anos, sem garantias mínimas de conforto e dignidade.-----

Todos os cidadãos de Lamego merecem o mesmo respeito e consideração, independentemente da sua condição social, religião ou etnia, são cidadãos de Lamego e merecem ser tratados com dignidade. Esta situação não pode, de facto passar em branco. Apelamos assim ao executivo municipal que reveja, urgentemente, esta

decisão e encontre soluções mais dignas para o realojamento dos cidadãos do Bairro de Nazes, o direito à habitação não pode ser tratado com leviandade, nem reduzido a uma questão meramente burocrática. Senhor Presidente da Câmara estas pessoas não são meramente números.-----

O que está em causa é uma palavra que pode ser resumida como “humanidade”, estas pessoas são cidadãos que merecem o nosso maior respeito e devem ser tratadas com urbanidade e dignidade. Além disso este caso demonstra, de forma evidente, a total falta de estratégia do Município em matéria de habitação. Como é possível avançar este projeto desta dimensão, sem um plano estruturado, para garantir que a transição dos atuais moradores ocorra de forma digna e organizada.-----

Esta situação expõe, não só a descoordenação nesta base de estratégia, mas também a incapacidade de antecipar e mitigar problemas que eram previsíveis desde o início de todo este processo. E a propósito deste assunto, eu gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Câmara, se a Câmara Municipal de Lamego já elaborou ou tem disponível um regulamento municipal que defina os critérios de seleção e elegibilidade para atribuição e gestão das habitações a custos controlados que estão, neste caso, para iniciar construção. Este regulamento é, de facto, um instrumento essencial para garantir todo planeamento, toda a gestão e atribuição dessas habitações que, como todos sabemos, serão propriedade da Câmara Municipal de Lamego. Quanto mais cedo este regulamento for do conhecimento dos cidadãos, maior será a transparência do processo de atribuição por parte deste Município.-----

Senhor Presidente da Câmara esta é uma questão de justiça e também de respeito, para todos os cidadãos do nosso Concelho”-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para responder ao membro Romeu Sequeira:-----

“Antes de responder a esta questão do membro Romeu Sequeira, queria dizer a propósito desse super gabinete de estratégia e financiamentos comunitários, que o Concelho de Lamego tem mais de sessenta milhões de euros de obras de co-financiamento aprovado no PRR, sendo que são trinta e cinco milhões da responsabilidade do Município, e cerca de quinze milhões da responsabilidade de instituições públicas ou privadas. Nomeadamente cinco milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil euros de beneficiários privados, ou seja, empresas e dez milhões de euros de beneficiários intermédios, que é o IFP, a Segurança Social e o Fundo Ambiental, que por sua vez também colocam esses investimentos ou em intervenções públicas ou em apoio a privados.-----

No Portugal 2030, como sabem ainda está no início, saíram ainda poucos avisos, já temos mais de um milhão e duzentos mil euros de projetos de privados, que estão co-financiados no Portugal 2030. Ou seja o gabinete funciona.-----

Passemos então à habitação social, os moradores de Nazes tiveram a oportunidade de ser realojados em 2007, estavam previstas 47 habitações em, Santo António e

vinte uma habitações em Nazes, que era o número de famílias que lá estavam. Foi apenas e só pela irresponsabilidade dos moradores do Bairro de Nazes, que foi chamarem os familiares e amigos de todo o país, para multiplicar o número de famílias que estavam em Nazes, que a Câmara desistiu e foi uma opção minha, foi uma decisão minha, de não construir o último bloco de habitação social e de não dar casa de habitação social a quem não as merece.-----

Trazer famílias de Coimbra, de Beja, de Tarouca, do Peso da Régua para as meter dentro de casa e dizer à Câmara “somos duas famílias ou somos três famílias” “não somos só uma” não foi um comportamento digno por parte dos então moradores do Bairro de Nazes, que eventualmente, já não são hoje os mesmos.-----

Mas que estão todos, perfeitamente, avisados para esse aspeto, a lista de famílias a realojar foi feita no âmbito da estratégia local de habitação ainda no mandato socialista, e essa lista é para cumprir, obviamente com as adaptações, de pessoas que saíram ou pessoas que morreram, não serão realojadas. Os familiares que ficaram nas casas, serão, obviamente realojados. -----

O processo de realojamento temporário podia ser no hotel, podia ser em casas alugadas que não há em Lamego ou pode ser em contentores. Contentores casas, com todas as condições de conforto e dignidade, que nenhuma daquelas famílias têm nas barracas que hoje habitam. E o membro Romeu Sequeira demonstra aqui, demonstra aqui, demagogia em termos políticos, vir falar de uma realidade que sabe que não é, que é falsa, as pessoas ficarão perfeitamente alojadas, em contentores casa com qualidade e conforto, quando hoje estão em barracas miseráveis, que nos envergonham a todos nós.-----

O membro Romeu Sequeira mostra aqui ignorância e incompetência ao referir-se à falta de dignidade das casas onde vão ser realojadas essas pessoas, quando não teve, nestes anos todos, desde que foi Presidente de Junta, desde que foi membro desta Assembleia Municipal, a responsabilidade de se ocupar o mínimo que fosse da situação indigna onde vivem as vinte e sete famílias que estão em Nazes.-----

A situação como vivem, de forma indigna, é a que têm hoje, e não a que terão daqui a duas ou três semanas quando se mudarem para as casas contentores, que vão ser disponibilizadas pelo Município. E que vão ser pagas pelo PRR, o Município, logicamente, no âmbito da candidatura accionou todos os mecanismos legais, para obter o plano financeiro para aquisição do terreno, para os projetos, para as infraestruturas, para o realojamento temporário e para a construção das casas. -----

E portanto, o membro Romeu Sequeira fala aqui do que não sabe, fala aqui do que não sabe, de forma demagógica, incompetente e ignorante. Eu não posso de deixar de referir aqui isto, por muito que me custe ter que usar expressões tão duras.-----

O que mais me preocupa relativamente às famílias de Nazes, é que no dia em que elas tiverem que sair do contentor para ir para as novas casas que vamos construir, o possam fazer. Que tenham as dividas pagas da água, dos terrados da feira, nos

impostos municipais que têm que pagar, que não tenham dívidas à segurança social e ao fisco. Isso é que me preocupa. E por isso, o que o partido Socialista devia estar a dizer dali, é que as famílias que vão ser realojadas, que vão beneficiar de um investimento público, com dinheiro da Europa e dos nossos impostos, para terem uma casa decente, têm também que retribuir, contribuindo com os seus impostos, com as suas taxas, com o pagamento dos serviços que lhe são prestados pelo Município e pelas entidades públicas. Essa é a maior preocupação que eu tenho, estarmos a construir casas para pessoas que deviam ser realojadas e que por culpa própria podem não ter condições para o fazer. -----

Quanto ao mais, o Município cumpriu com todas as condições, avisou atempadamente as pessoas, todos os que estão na lista do realojamento sabem, sabiam que iam ser alojados temporariamente em contentores. Hoje sabem aonde é que os contentores vão ser instalados e as condições que têm. Os contentores estão a ser utilizados por todo o país para realojamento temporário, assim como, por exemplo, quando há uma escola que está funcionamento, onde é que passam a ser dadas as aulas em contentores sala, é óbvio e sempre assim que se faz. Temos também o exemplo dos hospitais, dos centros de saúde, quando se faz obras, onde é que se montam as instalações provisórias para que esses serviços funcionem em contentores que têm todas as condições de dignidade, para que as pessoas ali possam estar. -----

Já agora, só para que o membro Romeu Sequeira fique um pouco mais informado e saiba que esses meros contentores, onde estas vinte e sete famílias vão ser alojadas, vão custar ao Município, financiados pelo PRR mais de meio milhão de euros. Não é, propriamente, um mero contentor sem dignidade que custa este dinheiro.-----

Era a informação que tinha que prestar, lamentando a intervenção do membro Romeu Sequeira nesta Assembleia e nos termos em que a fez.-----

*Interveio o membro **Romeu Sequeira** para responder ao senhor Presidente da Câmara:-----*

“Eu gostaria de dizer que são lamentáveis as palavras proferidas pelo senhor Presidente da Câmara, porque se excedeu naquilo que disse. Em política não vale tudo. Eu não lhe vou devolver a afronta porque você não a merece.-----

E apenas vou dizer o seguinte: Ignorância, incompetência seria não falar nestas preocupações, todas elas devem ser aqui ditas, esta é uma casa da democracia, senhor Presidente da Câmara. Com tantos anos de experiência que você tem, você está a perder o norte e eu não lhe vou permitir que isso aconteça. Que fique registado. Todas as preocupações do nosso Concelho, independentemente do que elas sejam, terão que ser trazidas aqui para discussão, mas com nível e respeito, ao que neste momento não lhe reconheço”.-----

*Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para responder ao membro Romeu Sequeira:-----*

“Senhor membro Romeu Sequeira não vou responder ao que aqui disse, já que teria que reafirmar as palavras que lhe dirigi, vou-lhe só responder a uma questão que não fiz, que tem a ver com o regulamento. Sim, temos um regulamento municipal de habitação social, fizemos em 2007 para o projeto de realojamento que fizemos na altura, porque nós construímos habitação social, nós preocupamo-nos com as pessoas, nós respondemos e resolvemos os problemas das pessoas, ao contrário do membro Romeu Sequeira e do partido Socialista em geral. -----

Neste momento estamos a rever o regulamento, para o adaptar, quer às condições que o PRR impõe quer à situação atual, que é muito diferente da de 2007. E por isso, mais uma vez, todas as condições legais para este processo de realojamento, incluindo a construção das casas, o alojamento temporário das famílias, e a afetação final de atribuição das casas às famílias está, perfeitamente, assegurado e a ser tratado dentro dos timings adequados e com todo o respeito pelas populações, pela população abrangida pelo processo de realojamento, mas também, pela população que paga os impostos, que vão ser postos ao serviço destas famílias”.-----

Usou da palavra o membro **Constantino Vaz** para proferir as seguintes palavras:-----

“Começo por cumprimentar todos os presentes nesta sala, especialmente quero cumprimentar na pessoa do Presidente da Junta de Lalim, todos os lalinenses.-----

Referindo-me ao membro Romeu Sequeira que tem muita teoria, mas falta-lhe conhecimento e o conhecimento no terreno. Eu neste processo, se calhar, sou dos poucos que o conheço por dentro, desde a iniciativa do Bairro de Alvorações. Foi o meu primeiro trabalho político que foi incumbido pelo meu partido, foi a instalação dos retornados que na altura vinham sem nada e poucos tinham familiares aqui que os acolhesse.-----

Eu faço parte de todo o processo dos contentores que vieram de lá de baixo da barragem, todas essas pessoas foram instaladas em contentores. Não sabe porque, hoje, há uma adversidade aos contentores. -----

Aquele Bairro nasceu com os contentores. Na altura essa comissão era composta por elemento de cada partido política, pela Diocese, pela Santa Casa para todos em conjunto dar solução, não só a habitação como os problemas que eles tinham, de vária ordem. Por isso aquele Bairro começou a ser construído com contentores.

Quando o membro Romeu Sequeira fala aqui, o mais cedo possível do regulamento, conhecimento do regulamento, eu digo o contrário, também me diz a experiencia no terreno, o mais tarde possível. Hoje já movimentos aí de famílias para amanhã no concurso de habitação, essas pessoas serem beneficiadas.-----

Eu vou-lhe dar o meu exemplo, quando foi no Bairro de Alvorações, era Secretário da Junta da Freguesia da Sé, e sei tudo aquilo que andou nessa envolvimento. Não vou aqui citar, porque se calhar levantava lebres, muitas.-----

Portanto, o que vai acontecer é que se calhar, vai aparecer muito oportunista, muito mesmo. -----

E é preciso ter atenção ao seguinte, que o Presidente da Câmara disse ali, quem habitava aquele Bairro foi rodado por famílias, porque é que foram para lá? Porque é que elas entraram. Quantas pessoas daquele Bairro terão direito à habitação com custos controlados?-----

Senhor Romeu Sequeira a experiencia, pois tem muita teoria, em muitos e vários processos que aqui intervém, mas a experiencia no terreno e conhecimento no terreno e saber a realidade isso é que conta.-----

3.2.-ASSUNTO:APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE 2024 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LAMEGO (CPCJ) - A Presente à sessão da Assembleia Municipal o relatório anual de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lamego (CPCJ), referente ao ano de 2024, para apreciação. -----

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia** para dar uma nota sobre este assunto:

“Sobre este assunto, se todos tiverem de acordo, vamos transitar este ponto para a próxima Assembleia de abril, para termos a oportunidade de a senhora Presidente da CPCJ apresentar o relatório, se assim o entender. No ano passado tivemos a possibilidade, porque a Presidente da CPCJ era também membro da Assembleia Municipal, este ano por lapso, esse convite não foi endereçado e assim peço que este ponto seja agendado na reunião de abril e termos essa possibilidade de a senhora da CPCJ ser convidada e caso assim o entenda de estar aqui presente e apresentar o relatório.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal concordou, por unanimidade, com a sugestão do Presidente da Assembleia.-----

3.3-ASSUNTO: APRECIAÇÃO DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 – INFORMAÇÃO.-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal o teor da declaração emitida, nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 15º da Lei 22/2015, de 17 de março (LCPA), que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de dezembro de 2024 se encontram devidamente registados no Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA) pelos seguintes montantes globais:-----

2025	16.782.945,03
2026	7.018.871,12
2027	2.343.017,45
2028	1.543.627,28
Seguintes	8.198.648,27

A presente declaração destina-se a ser remetida à Câmara Municipal de Lamego e Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 15º da supracitada Lei.-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para apresente este assunto:-----

“Este ponto é auto explicativo, trata-se um conjunto de compromissos plurianuais que vão sendo assumidos. Neste momento o Município tem um conjunto de projetos plurianuais a decorrer. Estes projetos são bastante limitados no tempo por força dos prazos curtos do PRR, mas numa situação normal seria expectável, que projetos de alguma dimensão pudessem ser dilatados no tempo, para não implicarem um esforço financeiro tão grande.-----

Isto dá-nos a noção das responsabilidades futuras que estamos a assumir, com as decisões que tomamos hoje, e é emprestada esta informação à Assembleia Municipal, precisamente para estarmos sintonizados em relação a esta realidade e ao que isto condiciona as nossas decisões políticas futuras.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam presentes vinte e seis membros.-----

Deliberação A Assembleia Municipal tomou conhecimento: tendo estado presentes os membros: do grupo Municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa – Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Marina Isabel Henriques Pereira Martins, Maria Otilia da Silva Teixeira, Hugo Miguel Cardoso Rebelo -----

Do grupo municipal do partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Pedro Miguel Vila Real Torres, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro Sousa Guedes Coelho;-----

O membro da CDU: Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela.-----

Ausentes: da coligação “Somos Lamego” Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Luiz Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Paulo Henriques Almeida Loureiro, Sérgio Pedro da Rua Capela e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do partido Socialista: Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Adelino Gomes Magalhães, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves e Bernardo Manuel Taveira Xavier;-----

O membro Independente: Viriato Pina de Lemos.-----

3.4-ASSUNTO: APRECIACÃO DA DECLARAÇÃO RELATIVA A PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO À DATA DE 31/12/2024 – INFORMAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

Presente à sessão da Assembleia Municipal para conhecimento o teor da seguinte declaração:-----

“1. PAGAMENTOS:-----

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 15º da LCPA, declara-se que o Município de Lamego não tem pagamentos em atraso, com mais de 90 dias da data de-----

2. RECEBIMENTOS:-----

Nos termos da mesma alínea do n.º 1 do artigo 15º da LCPA, conjugado com o artigo 17º do DL 127/2012 de 21/06, identifica-se por natureza em anexo, os recebimentos em atraso, com mais de 90 dias da data de vencimento, existentes a 31 de dezembro de 2024, totalizando o montante de 1.675.113,50€, extraído do sistema contabilístico SNC-AP.-----

A presente declaração destina-se a ser remetida à Câmara Municipal de Lamego e Assembleia municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 15º da supracitada Lei.”-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar este assunto:-----

“Mais um ponto também, que não exige aqui grandes explicações. Em relação a pagamentos em atraso, o Município não tem pagamentos em atraso a mais de noventa dias.-----

Em relação a recebimentos em atraso, temos a receber, efetivamente, de contribuintes municipais, cerca de um milhão e seiscentos mil euros, a mais de noventa dias. Algum deste montante, eventualmente, já incobrável, situação que está ser permanentemente avaliada pelos serviços, no sentido de evitar prescrições de dívidas para com o Município. É um valor elevado, mas não é um valor preocupante, e temos, efetivamente, esse cuidado de acompanhar a evolução da situação.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam presentes vinte e seis membros.-----

Deliberação A Assembleia Municipal tomou conhecimento: tendo estado presentes os membros: do grupo Municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa – Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Marina Isabel Henriques Pereira Martins, Maria Otilia da Silva Teixeira, Hugo Miguel Cardoso Rebelo -----

Do grupo municipal do partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Pedro Miguel Vila Real Torres, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro Sousa Guedes Coelho;-----

O membro da CDU: Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela.-----

Ausentes: da coligação “Somos Lamego” Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Luiz Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Paulo Henriques Almeida Loureiro, Sérgio Pedro da Rua Capela e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do partido Socialista: Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Adelino Gomes Magalhães, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves e Bernardo Manuel Taveira Xavier;-----

O membro Independente: Viriato Pina de Lemos.-----

3.5-ASSUNTO: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA I ALTERAÇÃO MODIFICATIVA ORÇAMENTAL – 2025.-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal , do seguinte teor:-----

“Considerando que:-----

a) *Consta da informação da Gestão Financeira n.º 961/2025 (NIPG 1754/25), os fundamentos para a alteração modificativa ao orçamento e GOP’S 2025;*-----

b) *Compete à Câmara Municipal, aprovação do mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental (Fluxos de Caixa), nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;*-----

c) *Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à aprovação da alteração modificativa.*-----

A alteração modificativa engloba a integração do saldo de gerência.-----

Considerando que:-----

• *De acordo com o mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental, o saldo para a gerência seguinte de operações orçamentais de 2024 para a gerência de 2025, de 2.206.670,31€, encontra-se na posse do serviço.*-----

A presente modificação ao Orçamento assenta, num reforço da Despesa em 2025, no valor de 650.000,00€.-----

Nesta conformidade, submeto à consideração superior:-----

1) *Aprovação do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental pela Câmara Municipal nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com saldo de gerência do ano 2024 de 2.206.670,31€, de acordo com o mapa anexo;*-----

2) *Apreciação, votação e submissão pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da alteração modificativa orçamental, no montante de 650.000,00€;*-----

3) *Apreciação e votação pela Assembleia Municipal da alteração modificativa, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com os mapas em anexo.”*-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para apresentar este ponto:-----

“Esta alteração modificativa é a habitual, para incorporação do saldo de gerência, o saldo de gerência é da ordem dos dois milhões e duzentos mil euros. Embora, em boa verdade, esse montante se reduza apenas a seiscentos e cinquenta mil euros disponíveis, posto que cerca de um milhão e meio de euros foi adiantamento do PRR para habitação social, e portanto é consignada a uma obra específica. Esses seiscentos e cinquenta mil euros foram divididos num conjunto de prioridades que estão referidas nesta informação, e que corresponde, essencialmente, a amortização de empréstimo, gastos com a energia eléctrica, reforço da verba destinada às festas da cidade, e também para o projeto de reabilitação da Avenida das Acácias e ruas adjacentes, que está neste momento para visto do Tribunal de Contas.-----

Proponho por isso, que esta alteração modificativa seja aprovada.-----

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para fazer a seguinte intervenção:-----

“De uma forma muito clara e sucinta e dentro daquilo que tem sido a nossa coerência, dizer apenas que não é o nosso orçamento, não o votamos favoravelmente, e em relação a este mesmo procedimento das alterações orçamentais, que são várias e irão ser várias ao longo do ano, a nossa posição manter-se-á sempre coerente, portanto iremos abster neste ponto”.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam presentes nesta votação vinte e seis membros.-----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor da coligação “Somos Lamego”:Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Marina Isabel Henriques Pereira Martins, Maria Otília da Silva Teixeira, Hugo Miguel Cardoso Rebelo;-----

Do grupo municipal do partido Socialista: Teresa Cardoso Fernandes Fonseca, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho;-----

Com sete abstenções do grupo municipal do partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Pedro Miguel Vila Real Torres, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----

Do membro da CDU: Alexandre Costa Sousa Hoffmann Castela.-----

Ausentes da votação: da coligação “Somos Lamego” Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Germano Correia Ribeiro, Paulo Henrique Almeida Loureiro, Sérgio Pedro da Rua Capela e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do partido socialista: Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Adelino Gomes Magalhães, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Bernardo Manuel Taveira Xavier;-
Do membro independente; Viriato Pina de Lemos.-----

Interveio o membro Alexandre Hoffmann para fazer a seguinte declaração de voto.-----

“Como declaração de voto dar a nota de que a CDU votou contra o orçamento pelo que se demite da via abstenção de avaliar esta alteração modificativa”. -----

3.6-ASSUNTO: APRECIAÇÃO DA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ 2.000.000,00 € - CONTRATAÇÃO - Conhecimento da Assembleia Municipal-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, do seguinte teor:-----

“Considerando que:-----

1. Em 28 de novembro e 20 de dezembro de 2024, foi aprovado pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal, respetivamente, as Grandes Opções do Plano (GOP’S) e Orçamento para o ano 2025;-----

2. Para execução do Plano Plurianual de Investimento e orçamento para 2025, foi igualmente autorizado nessa mesma proposta de orçamento, a contratação de um empréstimo de curto prazo, até ao montante máximo de 2.000.000,00€, de acordo com o disposto do n.º 1 e 2 do artigo 50º da Lei n.º 51/2018 de 26/08, que altera a Lei n.º 73/2013, de 03/09;-----

3. A 14 de janeiro de 2025, a Câmara Municipal, autorizada pela Assembleia Municipal aprovou a abertura da consulta e da comissão de abertura de propostas;-----

4. A Lei anterior citada, estabelece o regime financeiro das Autarquias Locais, prevê, nos artigos 49º e 50º, que possam ser contraídos empréstimos de curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria, durante o período de vigência do orçamento;-----

5. Se prevê a execução de projetos co-financiados, o que obrigará ao Município a um grande esforço financeiro, no que se refere aos projetos em curso financiados pelo PRR e NORTE 2030;-----

6. Consta da presente proposta, a ata do júri nomeado para o efeito, bem como o relatório de análise do empréstimo de curto prazo até ao montante de 2.000.000,00€, resultante da consulta à banca, propostas recebidas, onde constam as condições fundamentais de contratação que se perspetiva necessária e o Mapa da Capacidade de Endividamento;-----

7. É de considerar que os financiamentos de curto prazo não serão relevantes para o stock da dívida no final do ano, dado que, até lá, terão de ser integralmente amortizados, ficando ora melhor balizados quanto à sua função – gestão de tesouraria – estando salvaguardado, desde logo, por força da lei, de garantir ao longo do exercício, os meios necessários e suficientes à liquidação total do crédito a contratar;

Face aos considerandos enunciados proponho que, e ao abrigo das disposições legais supracitadas, a Câmara Municipal delibere:-----

1. Autorizar a contratação deste financiamento junto do Millennium BCP, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme relatório de análise do júri anexo, bem como a assinatura do respetivo contrato de financiamento nas condições aprovadas.-----

2. Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovada pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dar conhecimento à Assembleia Municipal a contratação do empréstimo de curto prazo até ao montante máximo de 2.000.000,00€, junto do Millennium BCP, em conformidade com a autorização prévia aquando da aprovação do orçamento & GOP'S para 2025.”

*Interveio o **Presidente da Câmara** para apresentação deste ponto:-----*

“É habitual no Município, eu todos os anos solicitar um empréstimo de curto prazo para despesas de tesouraria. Não é, efetivamente, esse montante ser de dois milhões de euros, seria tipicamente entre um milhão e um milhão e meio de euros. Mas atendendo às dificuldades de tesouraria, que prevemos pela força do conjunto de projetos comunitários que estamos a lançar e cujos prazos de reembolso serão incertos, torna-se necessário termos capacidade financeira para proceder aos pagamentos dos autos que vão ser elaborados mensalmente para cada uma das obras e podermos ter capacidade para esperar pelo reembolso por parte do PRR ou do Portugal 2030.-----

Neste sentido é indispensável que este apoio de tesouraria esteja disponível, para ser accionado sempre que necessário.-----

*Interveio o membro **Pedro Torres** para proferir o seguinte:-----*

“Eu em relação a este ponto, eu estava a ouvir com alguma atenção, mas fiquei aqui com algumas dúvidas, e se calhar duvidas perfeitamente legítimas, por aquilo que me apercebi, por parte do senhor Presidente da Câmara é que necessita deste empréstimo de dois milhões de euros, para suprir a possibilidade quer de autos, quer de situações que possam ocorrer no que diz respeito a questões relacionadas com investimento ligado a fundos comunitários, se não estou em erro, acho que percebi isso. Portanto deduzo que sempre que houver a possibilidade, partindo, primeiro, que isto só será utilizado ou seja, esta linha, este montante só será utilizado em deficit real de tesouraria, momentânea, deduzo eu, e portanto, não apenas e esta pergunta é feita de forma muito direta, não apenas e espero bem que assim não seja, para não onerar mais que também são as contas do próprio Município, espero bem e gostaria de obter essa resposta que estes dois milhões de euros não sejam utilizados para qualquer tipo de sistema de campanha eleitoral, que possa existir no ano em curso, já que estamos num ano eleitoral.-----

Estou a dizer isto de forma muito clara e inequívoca, porque gostaria de obter a resposta por parte do senhor Presidente da Câmara, e para mim até lhe digo mais,

basta vincar um pouco mais aquilo que disse anteriormente, com esta garantia, certamente, também poderá contar com a viabilização por parte do partido Socialista, com a sua abstenção”.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para responder ao membro Pedro Torres:

“Confirmando que o membro Pedro Torres aqui disse, este empréstimo destina-se apenas a ser utilizado em situação deficit pontual de tesouraria, tem que ser reembolsado até final do ano, ou seja é expectável que ele possa ser usado, pontualmente, ao longo do ano, mas que próximo do fim do ano esteja intacto, ou seja, não haja necessidade de fazer um esforço, nomeadamente em termos de adiamento de pagamentos para fazer este empréstimo. E quanto à utilização deste montante em ações de campanha eleitoral, devo dizer que não precisamos, nós trabalhamos diariamente, trabalhamos, sempre, para responder aos problemas dos lamecenses, e essa é a melhor campanha que nós podemos fazer.”-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** que este ponto é também ele um ponto informativo.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam presentes vinte e sete membros.-----

Deliberação A Assembleia Municipal tomou conhecimento: tendo estado presentes os membros: do grupo Municipal da coligação “Somos: Ricardo Jorge Morgado da Costa – Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Marina Isabel Henriques Pereira Martins, Hugo Miguel Cardoso Rebelo e Arcílio Jorge Sousa Lamelas -----

Do grupo municipal do partido Socialista: Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro Sousa Guedes Coelho, Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos.-----

Do membro da CDU: Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela.-----

Ausentes: da coligação “Somos Lamego” Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Luiz Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Paulo Henriques Almeida Loureiro, Maria Otília da Silva Teixeira e Sérgio Pedro da Rua Capela;-----

Do grupo municipal do partido Socialista: Nuno Romeu Cardoso Sequeira, António Manuel Ferreira Penela, Adelino Gomes Magalhães, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo e Bernardo Manuel Taveira Xavier;-----

O membro Independente: Viriato Pina de Lemos.-----

Interveio o membro **Alexandre Hoffmann** para fazer a seguinte declaração de voto:-----

“À semelhança de outros empréstimos de apoio à tesouraria, sendo uma ferramenta legal de financiamento dos municípios, e se existe uma opinião técnica da sua necessidade, não votaremos contra, deixando o alerta ou a preocupação que o uso recorrente a este tipo de financiamento pode não configurar o cenário ideal.”-----

3.7-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA REABILITAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DA SÉ----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, do seguinte teor: -----

“Considerando que a situação financeira em que o município se encontra, em que as receitas próprias não permitem o esforço financeiro desejável para responder a todas as necessidades de investimentos a realizar no concelho, é necessária a contração de um empréstimo para financiamento do montante não elegível da candidatura supra indicada, e que:-----

1) O artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, prevê que os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos, para substituição de dívida nas condições previstas nos n.ºs 3 a 8, ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal;-----

2) Acrescenta o n.º 2 da mesma norma que os investimentos referidos no número anterior são identificados no respetivo contrato de empréstimo e, caso ultrapassem 10 /prct. das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a discussão e a autorização prévia da assembleia municipal;-----

3) Os empréstimos têm um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo exceder a vida útil do respetivo investimento, nem ultrapassar os seguintes prazos:-----

a) 20 anos;-----

b) 50 anos, nos casos de empréstimos para construção de habitação ou intervenções de reabilitação urbana destinadas a arrendamento, bem como para recuperação do parque habitacional degradado da titularidade dos municípios; ou -----

c) 30 anos, em operações financiadas pelo Banco Europeu de Investimento (BEI).

4) Os empréstimos têm um prazo de utilização do capital máximo de dois anos, não podendo o início da amortização ser diferida para além desse período, salvo nos casos legalmente previstos.-----

5) As amortizações anuais previstas para cada empréstimo não podem ser inferiores a 80 /prct. da amortização média de empréstimos, tal como definida no n.º 4 do artigo 40º. -----

6) A instrução das propostas de empréstimo, nos termos do artigo 49º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais “são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito.”-----

Assim, a abertura de procedimento de consulta às instituições financeiras para contratação de empréstimos a médio/longo nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, poderá atender às condições a seguir apresentadas de forma a permitir aos serviços Financeiros do Município a análise das condições apresentadas, e a emissão do relatório final contendo a menção dos termos e condições da proposta economicamente mais vantajosa para o Município, servindo de base para a elaboração da proposta a submeter à Assembleia Municipal.-----

O prazo de 20 anos, prazo máximo da operação, permite a libertação de tesouraria para fazer face aos investimentos em curso e necessários nos próximos anos e mantém o equilíbrio entre os benefícios e custos inerentes aos equipamentos financiados, atenta a sua vida útil.-----

Desta forma, considerando a diferença entre o valor financiado para esta empreitada de 4.000.000,00€, e o valor a adjudicar de 11.890.654,32€, mais iva, propõe-se a contração de um empréstimo para o financiamento do montante não elegível, no valor de 8.600.000,00€.-----

1. FINALIDADE-----

a) Financiamento, ao abrigo do artigo 51º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual do seguinte empréstimo:-----

i. Empréstimo Reconstrução da Escola da Sé – Abertura de crédito até 8.600.000,00€;

2. AS PROPOSTAS DEVERÃO OBSERVAR AS SEGUINTE CONDIÇÕES-----

a) Montante máximo a contratar:-----

i. 8.600.000,00€-----

ii. A utilização do crédito será efetuada, por uma ou mais vezes até ao limite global e no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados desde a data de emissão do visto do Tribunal de Contas;-----

iii. Os prazos serão contados da data de emissão do visto do Tribunal de Contas, sendo que o mesmo contrato só produzirá efeitos na data em que forem entregues ao Banco os documentos exigíveis;-----

b) Prazo: 20 anos;-----

c) Período de carência: inexistente;-----

d) Reembolso: em prestações mensais constantes;-----

e) Pagamento de Juros: mensais postecipados, sobre o capital utilizado, sem capitalização;-----

f) Taxa de Juro: indexada à Euribor a 6 meses acrescida de “spread”;-----

De forma a assegurar a comparabilidade das propostas, os proponentes deverão apresentar propostas que não imponham quaisquer limitações ao resultado da soma

do spread ao indexante, pretendendo-se que o indexante não tenha floor zero, abatendo sempre ao spread até ao seu limite. Desta forma, caso o indexante seja negativo será esse o valor considerado para efeito do cálculo da taxa de juro com a salvaguarda que, caso o somatório do indexante com o spread seja negativo, a taxa de juro final será 0%;-----

g) Garantias: as legais, de acordo com o tipo de operação;-----

h) Cláusula particular: o mutuário poderá reembolsar antecipadamente o empréstimo, parcial ou integralmente, sem que daí advenha qualquer penalização ou comissão;----

i) Propostas a apresentar deverão incluir os seguintes elementos: montante, taxas de juro, plano de amortização para o período global do contrato e estimativas anuais de juros.-----

As propostas deverão ser entregues em envelope opaco e fechado no seguinte endereço: Município de Lamego, Avenida Padre Alfredo Pinto Teixeira 5100-150 Lamego;-----

j) Amortizações anuais previstas: por força do disposto no n.º 5 do artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro não será admitida proposta com amortizações anuais previstas, em qualquer ano do contrato, inferiores a 80 % das amortizações médias, ou seja, 344.000,00€, assim obtidas:-----

(a) Capital	8.600.000,00 €
(b) Prazo do contrato (anos)	20
(c) (Amortizações médias = (a) / (b))	430000,00 €
(d) Limite inferior às amortizações anuais previstas (80% das Amort. Médias) = (c) x 80%	344 000,00 €

N.º 4.º do art.º
40.º do RFALEI
N.º 5 do art.º 51.º
do RFALEI

k) Comissões: não será cobrada qualquer tipo de comissão ou encargos, nomeadamente de gestão, organização, montagem da operação, liquidação antecipada ou pela não utilização do empréstimo.-----

3. VARIANTES-----

Só serão admitidas propostas com variantes à condição i. identificada em a) do ponto anterior.-----

4. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO-----

Critério de adjudicação: a adjudicação far-se-á à proposta economicamente mais vantajosa:-----

▪ Considera-se economicamente mais vantajosa a proposta que, para um valor comparativo de 1.000€, tenha um montante total imputável ao Município, acrescido de todos os encargos, menor.-----

▪ Caso a proposta economicamente mais vantajosa não financie a totalidade do valor em consulta a adjudicação far-se-á, sucessivamente, à(s) instituição(ões) financeira(s) cujas propostas estejam a seguir classificadas até perfazer aquele valor ou o valor

máximo das propostas apresentadas. O Município reserva-se ao direito de não adjudicar ou de proceder à negociação.-----

5. INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS A CONSIDERAR PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS-----

Entidades bancárias com balcão na área do Município, e a outras, que, por força dos contactos estabelecidos, possam mostrar interesse na operação.-----

6. OUTROS CONSIDERANDOS-----

O pedido de autorização à Assembleia Municipal para a contratação do empréstimo é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas, em pelo menos três instituições bancárias autorizadas por lei a conceder crédito, bem como o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município nos termos do n.º 5 do artigo 49º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro na sua atual redação.-----

Os contratos de empréstimo de médio e longo prazo, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, são objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções, conforme estipula o n.º 6 do artigo 49.º da mesma Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.-----

Os contratos de empréstimo de médio e longo prazo estão sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas para que possam produzir os respetivos efeitos, nos termos da Lei n.º 98/97 de 26 de agosto – Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas.-----

Face ao acima exposto, verificando-se que o Município de Lamego tem capacidade endividamento para o ano de 2025, capaz de acolher a contratação deste empréstimo até 8.600.000,00€, de forma a garantir a concretização deste investimento municipal.

Proponho:-----

a) Submeter à Câmara Municipal para envio à Assembleia Municipal para discussão e autorização prévia da assembleia municipal do pedido de autorização, nos termos do n.º 2 da artigo 51º da Lei n.º 73/2013, em que os investimentos referidos no número anterior são identificados no respetivo contrato de empréstimo e, caso ultrapassem 10 /prct. das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades.-----

b) Aprovação dos encargos plurianuais previstos com a contração deste empréstimo para os 20 anos, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei 8/2012;-----

c) Para a constituição do Júri de abertura e análise das propostas apresentadas, proponho os seguintes elementos:-----

• Paulo Sérgio Ferreira Fernandes – Presidente-----

• Eduarda Alexandra de Bastos Rodrigues – 1.º Vogal-----

• Manuel Fernandes Loureiro Amorim – 2.º Vogal-----

Como suplente: António Manuel Simões de Oliveira.”-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para explicar este assunto:-----

“Neste ponto temos, efetivamente, um problema, trata-se do projeto de financiamento das obras de que são da Escola Secundária da Sé. É o maior projeto que temos em

curso a nível de requalificação de escolas. Vamos requalificar todo o edifício da Escola da Sé, vamos construir um novo pavilhão desportivo, vamos construir uma nova cantina e refeitório, vamos reabilitar o edifício das antigas oficinas. Temos por isso uma intervenção de grande monta, vamos requalificar todo o espaço da escola, incluindo a forma de acesso de circulação à escola, e posteriormente, não está incluído na empreitada da escola, iremos também requalificar aquele troço da Av. Egas Moniz, área de estacionamento de autocarros para embarque e desembarque de passageiros e melhorar a circulação dos pais que se deslocam à escola para deixar os seus filhos. -----

Estamos a falar por isso de um investimento que vai ultrapassar os doze milhões de euros, e só tem quatro milhões de euros de PRR. O que nós estamos a propor, de forma preventiva, é a celebração de um contrato de empréstimo que nos permita duas coisas: primeiro justificar junto do Tribunal de Contas de que temos capacidade financeira para realizar a obra e que, portanto, a obra não irá ter qualquer problema em termos de visto. A segunda situação é para que, nos possamos avançar com a obra, para cumprimento de prazos e poder substituir este empréstimo pelo empréstimo BEI que o Estado Português está a negociar e que irá financiar as restantes escolas. Foi, de facto, um incidente de percurso, a nossa escola ser a última financiada pelo PRR e não haver recursos financeiros disponíveis para além dos quatro milhões que nos foram atribuídos. -----

Temos ainda a hipótese de poder haver outros projetos PRR, outras escolas que não gastem toda a verba que lhes está atribuída, e que possa ser reforçado o nosso financiamento PRR.-----

A minha expectativa, mas é apenas uma expectativa, é de que este empréstimo que estamos a propor, possa ser contratualizado, mas não venha a ser necessário a sua activação, ou seja, que possa ser substituído ou por fundos PRR ou pelo empréstimo BEI a contrair pelo Estado, mas, no momento, a nossa prioridade é garantir que temos condições financeiras para avançar com esta obra, que é indispensável para a Escola da Sé, para o Agrupamento de Escolas da Sé, para toda uma área do nosso Concelho, que é servida por aquela escola.-----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para fazer a seguinte intervenção:-----

Bom, certamente, aquilo que nos estamos a preparar para aprovar é um empréstimo de oito milhões e seiscentos mil euros, mais coisa menos coisa, que é, exatamente o montante que falta em relação àquilo que é a aprovação para já deste projeto da Escola da Sé. Logicamente que a Escola da Sé necessita de uma intervenção, tal e qual como outras escolas necessitam, é o caso específico da Escola EB/2.3, tal e qual como a Latino Coelho sofreu essa mesma intervenção, uma intervenção de fundo. Mas há aqui uma questão que, de facto, me preocupa.-----

Portanto aqui estamos em sintonia, porque preocupa, de facto, fazer aqui um investimento a custas próprias, de oito milhões e seiscentos mil euros.-----

Nós podemos sempre dizer e é um facto, que há coisas quase que não têm valor, o certo é a que, como na nossa gestão do nosso dia-a-dia, se logicamente, nós recorremos a uma linha de financiamento desta magnitude, os recursos são finitos, que eu saiba ainda não existe nas traseiras do Município nenhuma árvore das patacas, onde vai lá caindo o dinheiro de forma sucessiva, muito pelo contrário. E portanto, logicamente que é muito preocupante.-----

A pergunta que eu faço em relação a esta situação, logicamente que aqui ninguém está na disponibilidade de inviabilizar isto, mas alertando, claramente, que é uma medida que pode vir a ser extremamente problemática, em relação à própria capacidade não só de endividamento do Município, mas até a própria solvabilidade do mesmo. A pergunta que eu faço diretamente ao Presidente da Câmara é se temos mesmo que aprovar isto hoje ou se estamos em condições ou poderemos estar em condições de este mesmo ponto trazer, provavelmente, valores bem mais realistas e bem mais enquadráveis, dentro de um mês, dois meses, se calhar não mais do que isso. Esta pergunta prende-se por uma coisa muito simples, eu percebo a questão de jogar um pouco por antecipação, mas parece-me a mim que ao mesmo tempo, não está a haver aqui um ato de alguma racionalidade, já que estamos a falar, de facto, de um montante de intervenção própria extremamente elevado e desengane-se se isto vier a acontecer, logicamente a questão das prioridades, poderão por força do investimento que está aqui a ser feito, logicamente que algumas coisas terão que ficar pelo caminho, porque isto é como tudo na vida, as coisas esticam até um determinado ponto, a partir de determinado ponto tem que partir.-----

Portanto gostaria apenas desse esclarecimento, porque estou certo, se tivéssemos outro tipo de condições, e se, efetivamente, aquilo que para já foi aprovado, pudesse vir a ser, devidamente reformatado, estaríamos, se calhar em condições de ter aqui um leque de unanimidade total.”-----

Intervenção do **Presidente da Câmara** para responder ao membro Pedro Torres.-----

“Efetivamente a questão colocada pelo membro Pedro Torres não é viável, ou seja, não temos tempo. Já hoje, estava sentado nesta mesa, recebi um telefonema do Vice-Presidente da Comissão de Coordenação responsável pelo PRR, a questionar se as nossas escolas estavam em prazo, não temos tempo, temos que adjudicar e começar as obras de imediato. Por isso, temos que garantir as condições financeiras, porque iremos prestar toda essa informação ao Tribunal de Contas, ela vai ser verificada.-----

A expectativa no empréstimo BEI é que nunca antes de abril, o Governo referiu a Primavera, possa haver uma decisão sobre isso. Esperar até lá significa inviabilizar os quatro milhões de euros que já nos são disponibilizados pelo PRR e não tendo PRR, teremos uma obra que não é co-financiada, e não sendo uma obra que não é co-financiada, até este empréstimo que iríamos aprovar, passaria a ser contabilizado para o limite de endividamento. Nós temos capacidade de endividamento, nós temos capacidade para solver os encargos da dívida que estamos a contrair, é obvio que nós

não queremos contrair um empréstimo, queremos receber ou fundos comunitários ou o apoio do Estado que está prometido.-----

Mas isso, temos de correr o risco, de podermos fazer em conjunto de aprovar este empréstimo, e de aguardar até abril ou maio, para podermos, eventualmente, espero eu dar boa notícia que o mesmo não será necessário.-----

Deixo este desafio a todas as bancadas, para que este empréstimo seja aprovado.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam presentes nesta votação trinta membros.-----

Deliberação: Aprovada, por maioria com vinte e um votos a favor: do grupo Municipal da coligação “Somos “Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa – Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geadá, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Marina Isabel Henriques Pereira Martins, Maria Otilia da Silva Teixeira, Hugo Miguel Cardoso Rebelo;-----

Do grupo municipal do partido Socialista: Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro Sousa Guedes Coelho;-----

Nove abstenções do grupo municipal do Partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos.-----

Ausentes da votação: da coligação “Somos Lamego”: Paulo Henrique Almeida Loureiro, Sérgio Pedro da Rua Capela e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do partido socialista: Adelino Gomes Magalhães, Nuno Miguel Gonçalves Lázaro, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo e Bernardo Manuel Taveira Xavier;-----

Do membro independente; Viriato Pina de Lemos.-----

Do membro da CDU: Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela.-----

3.8--ASSUNTO: CEDÊNCIA GRATUITA PARA O MUNICÍPIO DE LAMEGO DE DUAS PARCELAS, UMA COM A ÁREA DE 12,50 M², E OUTRA DE 178,31 M² E SUBMISSÃO À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DAS PARCELAS CEDIDAS -----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação Câmara Municipal, do seguinte teor:-----

“Considerando que:-----

a) Através do processo n.º 50/23, foi apresentado por Santa Clara – Turismo e Eventos, Lda, um pedido de licenciamento, referente à obra de Reconstrução, Ampliação e Alteração de conjunto edificado num Empreendimento Turístico, sito no lugar a Vinha – Freguesia da Penajóia;-----

b) Através do processo n.º 573/18, foi apresentado por Santa Clara – Turismo e Eventos, Lda, um pedido de licenciamento, referente à obra de “Reconstrução, Ampliação e Alteração de conjunto edificado num Empreendimento Turístico², sito nona Quinta de Santa Clara – Freguesia da Penajóia.-----

Mostra-se necessário, após o deferimento do referido processo, condicionar a emissão das licenças de utilização à prévia realização das escrituras de cedência ao Município de Lamego das seguintes parcelas de terreno:-----

- Processo 50/23 – Parcela de terreno com área de 12,50 m², cedida para o domínio público municipal, para estacionamento público, a desanexar ao prédio rústico artigo 89, secção A, da freguesia da Penajóia, descrito na CRP sob o n.º 2639/20090505, propriedade de Santa Clara – Turismo e Eventos, Lda;-----

- Processo 573/18 – Parcela de terreno com área de 178,31 m², cedida para o domínio público municipal, para estacionamento público com a criação de um lugar para veículos pesados para tomada e largada de passageiros, e mais dois lugares públicos, a desanexar ao prédio rústico artigo 905, secção A, da freguesia da Penajóia, descrito na CRP sob o n.º 1764/20000105, propriedade de Santa Clara – Turismo e Eventos, Lda.-----

Nestes termos, somos a propor:-----

1 - A cedência a título gratuito para o Município de Lamego, da sociedade Santa Clara – Turismo e Eventos, Lda, ou de quem no ato da escritura prove ser o legítimo proprietário, das seguintes parcelas, destinadas a integrar o domínio público municipal;

- Processo 50/23 – Parcela de terreno com área de 12,50 m², cedida para o domínio público municipal, para estacionamento público, a desanexar ao prédio rústico artigo 89, secção A, da freguesia da Penajóia, descrito na CRP sob o n.º 2639/20090505, propriedade de Santa Clara – Turismo e Eventos, Lda e à qual se atribui, apenas para efeitos notariais o valor de 125,00€, correspondente ao valor simbólico a 10,00€/m².---

- Processo 573/18 – Parcela de terreno com área de 178,31 m², cedida para o domínio público municipal, para estacionamento público com a criação de um lugar para veículos pesados para tomada e largada de passageiros, e mais dois lugares públicos, a desanexar ao prédio rústico artigo 905, secção A, da freguesia da Penajóia, descrito na CRP sob o n.º 1764/20000105, propriedade de Santa Clara – Turismo e Eventos, Lda., e à qual se atribui, apenas para efeitos notariais o valor de 1.780,31€, correspondente ao valor simbólico a 10,00€/m²;-----

2 - Mais propomos à Câmara Municipal de Lamego, que delibere submeter à apreciação da Assembleia Municipal, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo

33º, n.º 1, alínea ccc) e do artigo 25º, n.º 1, alínea q), todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual.”-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para apresentar este assunto:-----

“Trata-se da cedência de duas pequenas parcelas que decorrem de alterações feitas no acesso e estacionamento na Quinta de Santa Clara, Penajóia, para a construção de um empreendimento turístico, já foi objeto de desafetação uma parte que foi integrada na quinta e há como contrapartida esta cedência, acertando de uma forma muito satisfatória quer para o empreendimento quer para o Município, os acessos e os estacionamentos a esta nova unidade, que é um investimento estrangeiro feito no nosso Concelho, com ideias muito inovadoras e que ajuda a desenvolver a freguesia da Penajóia, na nossa margem ribeirinha, ajuda a desenvolver a nossa frente ribeirinha e um conjunto de equipamentos turísticos que, de forma muito orgulhosa, eu costume, sempre, dizer que constitui a maior e mais qualificada oferta hoteleira da região do Douro. É mais um incentivo, mais um elemento para essa riqueza turística que nós temos no nosso território”.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam vinte e oito membros nesta votação.-----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos presentes; do grupo Municipal da coligação “Somos “Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa – Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geadá, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Maria do Sameiro Morais Rodrigues Gregório, Marina Isabel Henriques Pereira Martins, Maria Otilia da Silva Teixeira, Hugo Miguel Cardoso Rebelo;-----

Do grupo municipal do partido Socialista: Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Maria Alzira Ribeiro Sousa Guedes Coelho; Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos.-----

Do membro da CDU: Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela.-----

Ausentes: do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Paulo Henriques Almeida Loureiro, Sérgio Pedro da Rua Capela e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas; José Manuel Lourenço Correia, Bruno Miguel de Morais Carneiro.-----

Do grupo municipal do partido Socialista: Adelino Gomes de Magalhães, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Bernardo Manuel Taveira Xavier e Manuel Varanda Pinto Rodrigues;-----

Do membro independente; Viriato Pina de Lemos.-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para dar uma sugestão:-----

“Sem ter, logicamente aferido aquilo que é a vontade de outras bancadas, mas tendo nós já discutido internamente, nós faríamos uma proposta à Mesa, caso a Mesa assim o decida, que seria no sentido de discutir na globalidade estes mesmos pontos.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que se vai avançar para a discussão dos pontos: 3.9, 3.10, 3.11, 3.12, 3.13, 3.14, 3.15, por economia de tempo e também para solicitar a vida ao senhor Presidente da Câmara na apresentação destes pontos, acha que se vai seguir a sugestão do partido Socialista e apresentar estes sete pontos em conjunto, são protocolos de cooperação técnica e financeira a celebrar com várias juntas de freguesias.-----

“Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para apresentar os referidos pontos:-----

“Deixem-me lembrar qual foi o ponto de partida, o ponto de partida foi mandado 2017 a 2021, dezoito protocolos de quinze mil euros, cada um, para as Juntas de Freguesias duzentos e setenta mil euros.-----

Nós iremos hoje, com estes sete protocolos que vamos aprovar, alcançar um montante de dois milhões e quarenta um mil euros. E temos a intenção até, preferencialmente, à Assembleia Municipal de abril ou no máximo à Assembleia Municipal de junho, de concluir a segunda ronda de protocolos com as restantes Juntas de freguesia, que não estão incluídas nesta lista.-----

Estamos a falar de um montante que quase oito vezes superior àquilo que foi disponibilizado para as Juntas de Freguesia no anterior mandato. Mas não se esgota aí a intervenção que nós estamos a fazer nas Juntas de Freguesia. Estamos a fazer, como já referi, intervenções na iluminação pública, nas redes de água e saneamento, temos aqui a Vingada, um local que foi beneficiado muito recentemente ou Mazes em termos da disponibilização também de água.-----

Abrimos na última reunião de Câmara um concurso de setecentos e cinquenta mil euros para continuar esse esforço de requalificação das redes de água e saneamento, levando água a sítios que ainda não têm, por exemplo a Vila Lobos, na freguesia de Magueija, ou para requalificar um conjunto de estações de tratamento de águas residuais, que já não estão a cumprir os critérios ambientais a que estamos obrigados.

E temos ainda o assunto da rede de água e saneamento da Penajóia para resolver.----

Temos feito intervenções a nível de levantamento de muros, porque temos intempéries, porque temos intervenções, às vezes inadequadas, por parte de privados, que em operações de sarriva ou outras dos terrenos agrícolas conduzem as águas para estradas e caminhos e provocam danos, que têm que ser obviamente, repartidos, mas que, essas intervenções têm que ser corrigidas. -----

Temos disponibilizado materiais, horas de máquina para intervenções nas Juntas de Freguesia, às vezes pequenas intervenções, mas muito importantes para a qualidade de vida das populações.-----

E temos levado a efeito um processo de reabilitação das estradas municipais em todo o Concelho, sobretudo a nível da reposição de pavimentos betuminosos, nos quais vamos investir cerca de três milhões e seis mil euros neste mandato.-----

E temos ainda mais quatro milhões de euros, penso que passa de quatro milhões de euros para resolver.-----

Neste terceiro concurso vamos fazer intervenções na estrada municipal 539 para Avões, na Rua da Força e na Rua do Cabeço, em Magueija, na Travessa das Fogueiras e na Rua da Seara, em Britiande, a Rua da Seara vai ter também um pequeno alargamento.-----

Vamos pavimentar a estrada de Pousada e o caminho 1069 na Adega do Chão, em Cambres;-----

Vamos repavimentar a Rua do Eirô, Rua de Moimentinha, Rua do Povo da Estrada, em Cepões;-----

Vamos repavimentar a Avenida da Granja e o Largo da Eira, a Rua das Eiras, a Rua do Fogueteiro, em Ferreira;

Vamos repavimentar o caminho do Cancelo em Avões, aqui é uma pavimentação de raiz, não é uma repavimentação;-----

Vamos continuar a repavimentação da Avenida 2000, em Figueira;-----

Vamos fazer uma beneficiação na estrada desde o Cruzeiro de Lalim até aqui em Lalim, nomeadamente, eliminando aqueles danos que a raiz das árvores que estão na berma provoca no pavimento; -----

Na Freguesia de Lamego, vamos fazer repavimentação no Cantudo, na Rua do Souto, Agra, na Urbanização do Paraíso, aqui já na cidade, Rua Afonso de Albuquerque, Rua da Santa Casa da Misericórdia e Rua Bento de Gois;-----

Vamos fazer uma pequena intervenção na estrada da Serra das Meadas, bem gostaríamos de fazer uma intervenção maior, mas não é possível, vamos fazer uma intervenção junto à Curva do Coelho e até acima à Associação Portas Prá Vida;-----

Relembro que já fizemos a pavimentação da estrada para a Aldeia de São João, que é um ótimo atalho para quem sobe à Serra com frequência;-----

Vamos requalificar a Rua das Amoreiras, a Avenida Egas Moniz, desde a rotunda da A24 até ao Desterro, porque é o principal acesso à cidade e está a começar a ter danos que devem ser sustidos, para que depois o custo não seja maior, e vamos também repavimentar um pouco da Avenida do Regimento Infantaria 9, nomeadamente junto à GNR, eliminando aquelas árvores do separador central, que já estão a provocar danos em infraestruturas, nomeadamente nas redes de água pluviais e de saneamento, e repor árvores de menor porte, mais adequadas a ambiente urbano;-----

Vamos também requalificar a estrada de Lalim a Lazarim, nos troços que estão mais danificados;-----

Vamos repavimentar a Rua do Cruzeiro e a Rua do Padre João Rodrigues e do Padre João Cardoso dos Santos, em Valdigem; -----

A Rua da Fontinha e a Travessa da Fontinha, em Penude;-----

A Rua Marquês de Pombal, em Samodães;-----

A Rua do Reguengo, em Sande;-----

E a Avenida do Cerro, em Várzea de Abrunhais e em Várzea de Abrunhais – Várzea, Cepões e Britiande, na zona industrial faremos também uma requalificação daquele troço, junto à zona industrial, fazendo um alargamento, aproveitando um terreno que nos foi cedido para esse efeito.-----

Estamos a falar de uma previsão de dois milhões e cento e setenta mil euros, sendo adjudicada, concluído este concurso de cerca de três milhões e seiscentos mil euros de investimento na reposição de pavimentos. As acessibilidades são fundamentais, as acessibilidades às nossas freguesias estavam muito más, estão ainda muito más.-----

Ficam de fora estradas muitíssimo importantes que gostávamos de repavimentar, por exemplo a estrada desde Lazarim por Perafita até à Nacional 2 ou a estrada da Povia, porque fizemos uma pavimentação de Juvandes e devíamos também pavimentar a Povia ou a estrada para Baúves e Vale de Macieira na freguesia de Lamego que está, efetivamente em muito mau estado. Mas estamos a falar só nestas três estradas de um valor a rondar um milhão e quinhentos mil euros, e portanto ficará para o próximo ano de 2026 e para outro pacote de pavimentações que queremos levar a efeito.-----

Eu disse que em média, estamos a falar quase oito vezes mais em protocolos do que aquilo que foi transferido no executivo de 2017 a 2021.-----

Mas queria deixar aqui um pouco da distribuição que foi feita entre freguesias:-----

Porque eu sei que nós temos uma preocupação de responder, primeiro às necessidades mais prementes que os Presidentes de Junta nos transmitem e às vezes necessidades prementes podem ser em freguesias pequenas que exigem investimentos avultados, outras vezes são as maiores freguesias que recebem esses investimentos.-----

Nós temos neste conjunto de investimentos, repartindo por freguesias:

Avões com cerca de duzentos e vinte e seis mil euros;-----

Bigorne com cerca de cento e dezasseis mil euros:-----

Britiande com cerca de duzentos e trinta e nove mil euros;-----

Cambres com cerca de cento e noventa e um mil euros;-----

Cepões com cerca de trezentos e dezoito mil euros:-----

Ferreirim com cerca de duzentos e vinte e nove mil euros;-----

Ferreiros de Avões com cerca de duzentos e vinte e cinco mil euros.-----

Figueira com cerca de cento e quarenta e cinco mil euros.-----

Lalim com cerca de quatrocentos e quarenta e um mil euros, que vai ter agora mais um protocolo;-----

Lamego com um milhão e setecentos e dezoito mil euros; -----

Lazarim com cerca de trezentos e setenta e três mil euros;-----

Parada do Bispo com cerca de cento e quarenta e sete mil euros;-----

Penajóia com cerca de cento e trinta e oito mil euros;-----

Penude com cerca de cento e dois mil euros;-----

Samodães com cerca de noventa e cinco mil euros;-----

Sande com cerca de cento e quinze mil euros;-----

Várzea de Abrunhais com cerca de duzentos e quarenta um mil euros;-----

Vila Nova de Souto D'El Rei com cerca de duzentos e noventa e nove mil euros;-----

Estamos a falar de cinco milhões e quatrocentos mil euros investidos de forma direta das nossas freguesias, através de obras do Município e protocolos com as Juntas de Freguesia.-----

A este valor acresce ainda o valor decorrente da transferência de competências que está estabelecido e protocolado com cada uma das freguesias e que cada freguesia deve investir no seu território, nomeadamente na manutenção de bermas, valetas, limpeza de caminhos, manutenção de espaços públicos, manutenção de espaços públicos, manutenção de equipamentos desportivos. Fizemos a recuperação e qualificação dos Poli Desportivos da cidade e já os entregamos à Junta de Freguesia de Lamego, nas outras freguesias já estavam a cargo das Juntas, apoio às coletividades, às festividades, todas essas intervenções são da responsabilidade da Junta, estão estabelecidas no protocolo de transferência de competências.-----

Estes montantes que hoje propomos aprovar e os que já foram transferidos e os que virão às próximas Assembleias Municipais, são um complemento desse apoio, e são, essencialmente o resultado de uma colaboração franca entre o Município e as Juntas de Freguesia, para podermos de uma forma mais direta dar resposta àquilo que são as necessidades das populações em qualquer freguesia e em qualquer lugar do nosso Concelho, porque todos os cidadãos têm, efetivamente, o mesmo direito e aqueles que não tiverem agora o problema, cabalmente, resolvido, têm direito a tê-lo num futuro próximo.-----

Interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Começo por cumprimentar todos os presentes nesta sala, uma palavra especial ao Presidente da Junta de Freguesia de Lalim, pela amabilidade de nos receber aqui tão bem.-----

Seria mau de mais de não vir aqui um Presidente de Junta, depois de ouvir este relatório que o senhor Presidente da Câmara apresentou não vir louvar todo este trabalho que está a ser feito nas freguesias.-----

Como todos vocês sabem a nossa população, neste momento, está dividida, metade está na cidade outra metade está no mundo rural, e se não for feito algo de especial pelas freguesias, para manter quem lá está ou então cativar pessoas para poder ir para lá, temos muitas casas fechadas, e com este tipo de trabalho que o senhor

Presidente da Câmara está a fazer, não tenho dúvidas nenhuma que, muitas das famílias que estão na cidade, são nossas, vão querer regressar às freguesias.-----
Se a gente lhes der as condições que eles pretendem para lá ficarem, eles ficarão, este é o trabalho, este é o caminho, por isso senhor Presidente da Câmara seria mau de mais não viesse aqui um Presidente de Junta a elogiar o seu trabalho, a sua dedicação, sem olhar a cores partidárias. Isso é o mais importante, está a fazer por todas as freguesias, sem exceção. Mais uma vez obrigado pelo trabalho que está a desenvolver.-----

Intervio o **Presidente da Assembleia** para dar a seguinte explicação:-----

“Vamos então votar protocolo a protocolo, já não se coloca aquela questão à umas Assembleias atras, foi dado aqui o esclarecimento, que por despacho do senhor Ministro Adjunto e da Coesão a questão da eventual incompatibilidade dos senhores Presidentes de Junta votarem os protocolos das Juntas que representam está afastada, portanto estamos em condições de o fazer.-----

O Presidente da Assembleia Informou que estavam, trinta e três membros presentes na sala.-----

3.9-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE FERREIROS DE AVÕES-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação Câmara Municipal propondo à Câmara Municipal que, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovado o Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com a Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, para a execução das obras de alargamento da Rua do Lugar e construção de passeios e local de contemplação no miradouro da Senhora do Pilar, com vista a melhorar as condições de vida da sua população, considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução.---
 Mais propõe que este assunto seja enviado para deliberação da Assembleia Municipal. O **Presidente da Assembleia** informou que estavam presentes nesta votação trinta e três membros.-----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos presentes; do grupo Municipal da coligação “Somos “Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa – Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geadá, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Marina Isabel Henriques Pereira Martins, Maria Otilia da Silva Teixeira, Hugo Miguel Cardoso Rebelo e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Adelino Gomes Magalhães, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier, .-----

Do membro da CDU: Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela;-----
Ausentes do grupo municipal da coligação “Somos Lamego” Paulo Henriques Almeida Loureiro, Sérgio Pedro da Rua Capela.-----

Do grupo municipal do partido Socialista: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo e Manuel Varanda Pinto Rodrigues,-----

Do Independente: Viriato Pina de Lemos.-----

3.10-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE FIGUEIRA-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal que, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovado o Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com a Junta de Freguesia de Figueira, para a execução das obras de requalificação da Rua Padre Manuel Maria da Silva e Rua do Cairrão, com vista a melhorar as acessibilidades e as condições de segurança da circulação de pessoas e de veículos, considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução. -----

Mais propõe que este assunto seja enviado para deliberação da Assembleia Municipal. O **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e sete membros presentes nesta votação.-----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos presentes; do grupo Municipal da coligação “Somos “Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa – Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Paulo Henriques Almeida Loureiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Marina Isabel Henriques Pereira Martins, Maria Otilia da Silva Teixeira, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Sérgio Pedro da Rua Capela e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas, -----

Do grupo municipal do partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da

Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Adelino Gomes Magalhães, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho e Bernardo Manuel Taveira Xavier;-----

Do membro da CDU: Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela.-----

Ausentes: membro do grupo municipal do partido Socialista: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves;-----

Do Independente: Viriato Pina de Lemos.-----

3.11-ASSUNTO: APRECIACÃO E VOTAÇÃO MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE LALIM-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal propondo à Câmara Municipal que, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovado o Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com a Junta de Freguesia de Lalim, para a execução das obras de conceção/construção da “Capela Mortuária”, e da elaboração do projeto do “Centro Cultural Terras de Dom Pedro Afonso, Conde de Barcelos”, com vista a melhorar as condições de vida da sua população, considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução.---
Mais propõe, que este assunto seja enviado para deliberação da Assembleia Municipal.-----

O Presidente da Assembleia informou que estavam trinta e sete membros presentes nesta votação.-----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos presentes; do grupo Municipal da coligação “Somos “Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa – Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Paulo Henriques Almeida Loureiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Marina Isabel Henriques Pereira Martins, Maria Otilia da Silva Teixeira, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Sérgio Pedro da Rua Capela e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas, -----

Do grupo municipal do partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca

Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Adelino Gomes Magalhães, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho e Bernardo Manuel Taveira Xavier;-----

Do membro da CDU: Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela.-----

Ausentes: membro do grupo municipal do partido Socialista: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves;-----

Do membro Independente: Viriato Pina de Lemos.-----

3.12-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE LAMEGO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara propondo à Câmara Municipal que, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovado o Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com a Junta de Freguesia de Lamego, para a execução das obras de reconstrução de um muro de sustentação no Caminho dos Caseirinhos, Medelo, e de alargamento do caminho de acesso à Rua da Senhora dos Meninos (desde a Rua Cardoso Avelino), para permitir o acesso rodoviário, e dotar o local de melhores condições de acesso e de segurança, considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução.

Mais propõe, que este assunto seja enviado para deliberação da Assembleia Municipal.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e sete membros presentes nesta votação.-----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos presentes; do grupo Municipal da coligação “Somos “Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa – Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geadá, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Paulo Henriques Almeida Loureiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Marina Isabel Henriques Pereira Martins, Maria Otília da Silva Teixeira, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Sérgio Pedro da Rua Capela e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas, -----

Do grupo municipal do partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Adelino Gomes Magalhães, Teresa Maria

Cardoso Fernandes Fonseca, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho e Bernardo Manuel Taveira Xavier;-----

Do membro da CDU: Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela.-----

Ausentes: membro do grupo municipal do partido Socialista: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves;-----

Membro Independente: Viriato Pina de Lemos.-----

3.13-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE SAMODÃES.-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara propondo à Câmara Municipal que, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovado o Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com a Junta de Freguesia de Samodães, para a execução das obras de requalificação do espaço envolvente da sede da Junta de Freguesia, com vista a melhorar as condições deste equipamento a usufruir pela população, considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução.-----

Mais propõe, que este assunto seja enviado para deliberação da Assembleia Municipal.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e sete membros presentes nesta votação.-----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos presentes; do grupo Municipal da coligação “Somos “Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa – Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Morais Carneiro, Paulo Henriques Almeida Loureiro, Maria do Sameiro Morais Rodrigues Gregório, Marina Isabel Henriques Pereira Martins, Maria Otília da Silva Teixeira, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Sérgio Pedro da Rua Capela e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas, -----

Do grupo municipal do partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Adelino Gomes Magalhães, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel

Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho e Bernardo Manuel Taveira Xavier;-----

Do membro da CDU: Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela.-----

Ausentes: membro do grupo municipal do partido Socialista: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves;-----

Membro Independente: Viriato Pina de Lemos.-----

3.14-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE VÁRZEA DE ABRUNHAIS-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal que, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovado o Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com a Junta de Freguesia de Várzea de Abrunhais, para a execução das obras de reconstrução de muros de suporte às vias de comunicação e requalificação da Rua da Igreja, com vista a melhorar as acessibilidades e as condições de segurança da circulação de pessoas e de veículos, considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução. -----

Mais propõe que este assunto seja enviado para deliberação da Assembleia Municipal. O **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e sete membros presentes nesta votação.-----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos presentes; do grupo Municipal da coligação “Somos “Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa – Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Paulo Henriques Almeida Loureiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Marina Isabel Henriques Pereira Martins, Maria Otilia da Silva Teixeira, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Sérgio Pedro da Rua Capela e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas, -----

Do grupo municipal do partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Adelino Gomes Magalhães, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho e Bernardo Manuel Taveira Xavier;-----

Do membro da CDU: Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela.-----

Ausentes: membro do grupo municipal do partido Socialista: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves;-----

Membro Independente: Viriato Pina de Lemos.-----

3.15-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE VILA NOVA DE SOUTO D'EL REI-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal propondo à Câmara Municipal que, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovado o Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com a Junta de Freguesia de Vila Nova Souto D'El Rei, para a execução das obras de requalificação da Rua Central de Juvandes, com vista a melhorar as acessibilidades e as condições de segurança da circulação de pessoas e de veículos, considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução.-----

Mais propõe que este assunto seja enviado para deliberação da Assembleia Municipal. O **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e sete membros presentes nesta votação.-----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos presentes; do grupo Municipal da coligação “Somos “Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa – Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Paulo Henriques Almeida Loureiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Marina Isabel Henriques Pereira Martins, Maria Otilia da Silva Teixeira, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Sérgio Pedro da Rua Capela e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas, -----

Do grupo municipal do partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Adelino Gomes Magalhães, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho e Bernardo Manuel Taveira Xavier;-----

Do membro da CDU: Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela.-----

Ausentes: membro do grupo municipal do partido Socialista: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves;-----

Membro Independente: Viriato Pina de Lemos.-----

3.16-ASSUNTO: REGULAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA DE TERRENOS-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação Câmara Municipal, do seguinte teor: -----

“Nos termos do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua actual redacção, que aprova o Código do Procedimento Administrativo, e, findos os prazos de consulta pública, através de publicação no Diário da República, 2.ª série – n.º 232, de 29 de novembro de 2024 (n.º 1386/2024) e Declaração de Retificação n.º 1088/2024/2, de 17 de dezembro de 2024, para recolha de sugestões, de acordo com o artigo 101º, do referido Decreto-Lei, informa-se que não há a registar reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento, no presente procedimento.-----

Esteve disponível para consulta o respetivo regulamento, no Gabinete de Atendimento ao Munícipe da Câmara Municipal de Lamego e no sítio oficial do Município em www.cm-lamego.pt.-----

Face ao exposto, propõe-se que se dê seguimento à aprovação do Regulamento Municipal de Limpeza de Terrenos, nos termos do legalmente aplicável, e ao abrigo dos artigos 112º, n.º 7 e 241º da Constituição da República Portuguesa, considerando o disposto nas alíneas i) e k) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua actual redacção, as quais consagram que os Municípios dispõem de atribuições nos domínios da protecção civil e ambiente, bem como o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º e na alínea g) do n.º 1 do artigo 25º da mesma lei, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do Município.-----

Nos termos supra enumerados, proponho que a Exma. Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal o presente Regulamento, uma vez que se trata de um instrumento regulamentar com eficácia externa.”-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e sete membros presentes nesta votação.-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para apresentar este ponto:-----

“Este é um regulamento muito simples, mas que, pretende cumprir um aspeto muito importante, que enquadraria como uma lacuna da Lei. Ou seja, todo o regime de protecção contra incêndios está muito pensado com base no terreno rústico, nas faixas de protecção, ao longo de caminhos, das infraestruturas principais, em redor dos aglomerados urbanos, em redor de construções dispersas. Não está preparado para responder às questões que surgem dentro do aglomerado urbano.-----

E temos sido confrontados com inúmeras situações, situações em que uma árvore cresceu e aproximou-se da fachada do vizinho, e esse vizinho vem à Câmara reclamar para ser ordenado uma intervenção de limpeza. A sebe que cresce sobre o passeio, da casa que, infelizmente está abandonada, porque os proprietários estão em Lisboa, e naturalmente já idosos ou estão imigrados e não faz o controlo adequado da

vegetação. Isso torna-se um problema para os vizinhos, que sentem natural receio de num espaço que não é cuidado poder haver um incêndio, que depois se propague às habitações.-----

Temos procurado resolver esta situação, sempre, numa perspetiva de diálogo com os proprietários. Evidente sempre uma intervenção do Município que não tenha um suporte regulamentar, que nos permita depois, nomeadamente recuperar os custos que viermos a incorrer em determinadas intervenções. Tem decorrido, razoavelmente bem. Nos remendamos sempre que as participações sejam também feitas às autoridades policiais, não apenas à Câmara, e quando fazemos os contratos com os proprietários, normalmente eles respondem de forma positiva, procedendo à limpeza, às vezes com dificuldades se estiverem fora, pedindo a indicação de quem pode fazer essa intervenção, um empreiteiro, os bombeiros, a equipa de sapadores dos bombeiros, a equipa de sapadores florestais, procuramos ajudar a resolver esses problemas, sem necessidade de intervenção do Município, em termos de custos, em termos de encargos financeiros.-----

Com este regulamento nós pretendemos enquadrar a situação de forma adequada, para que, se houver necessidade de respondermos de uma forma célere, termos um instrumento regulamentar para o fazer e termos, posteriormente também um instrumento que nos permita o reembolso financeiro do custo em que o Município vier a incorrer.-----

É a apenas este objetivo deste regulamento que, de alguma forma vem cobrir essa lacuna que nos entendemos existir na Lei e dar segurança a todos na atuação que já fazemos e queremos continuar a fazer com maior suporte e sobretudo de uma forma mais eficiente. -----

Por isso peço aos membros municipais que este regulamento seja aprovado.-----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que estão trinta e sete membros presentes na sala.-----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos presentes; do grupo Municipal da coligação “Somos “Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa – Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Paulo Henriques Almeida Loureiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Marina Isabel Henriques Pereira Martins, Maria Otilia da Silva Teixeira, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Sérgio Pedro da Rua Capela e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas, -----

Do grupo municipal do partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da

Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Adelino Gomes Magalhães, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho e Bernardo Manuel Taveira Xavier;-----

Do membro da CDU: Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela.-----

Ausentes: membro do grupo municipal do partido Socialista: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves;-----

Membro Independente: Viriato Pina de Lemos.-----

3.17-ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA DE LAMEGO - 2.ª GERAÇÃO-----

Presente sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, do seguinte teor:-----

“Considerando que a Carta Educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer (artigo 5º do Decreto-Lei 21/2019 de 30.01).-----

Considerando que é competência da Câmara Municipal a elaboração da Carta Educativa, nos termos do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, sendo aprovada pela Assembleia Municipal, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação e pronúncia do Ministério da Educação, Ciência e Inovação.---

Considerando que foi elaborada a revisão da carta educativa de 2.ª geração do Município de Lamego.-----

Considerando que foi submetida a discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação de Lamego, em reunião ordinária realizada no dia 18 de julho de 2024, ao abrigo do n.º 1 do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, a proposta de carta educativa de 2.ª geração do Município de Lamego, tendo o mesmo emitido parecer favorável, por unanimidade, cuja cópia de parte da minuta da ata se anexa.----

Considerando que foi submetida na plataforma SACE – Sistema de Avaliação das Cartas Educativas, através da página do IGeFE – Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., a proposta de Carta Educativa do Município de Lamego.-----

Considerando que foi emitida, no dia 3 de fevereiro de 2025, pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação, pronúncia favorável, no sentido da sua conformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos instituídos no Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, e demais instrumentos aplicáveis.-----

Catarina Gonçalves Ribeiro, Vice-Presidente e Vereadora em regime de tempo inteiro, com competências delegadas pelo Despacho n.º 3/2021, do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, de 18 de outubro de 2021, nas áreas da ação social, saúde, educação, cultura, desporto e juventude, vem propor que a digníssima Câmara

Municipal de Lamego delibere, nos termos constantes do documento anexo à presente proposta e que desta faz parte integrante, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, no sentido de submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta final de Carta Educativa do Município de Lamego, após parecer favorável do Ministério da Educação, Ciência e Inovação.”---

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para apresentar este assunto:-----

“Trazemos mais um elemento estratégico que é a Carta Educativa, um elemento que estabelece um conjunto de regras relativamente à rede escolar, e sobretudo, relativamente àquilo que nós esperamos em termos de educação, poder proporcionar aos lamecenses que hoje frequentam as nossas escolas e àqueles que no futuro o irão fazer. Temos procurado atualizar todos esses instrumentos: Planos Municipais, Cartas Municipais, estratégias municipais, porque entendemos que, termos documentos estratégicos que a todos vinculam ou seja, que são aprovados por todos nós e hoje ou no futuro terão que ser seguidos e cumpridos por todos é fundamental, para que o trabalho autárquico seja profícuo.”-----

Nesta revisão da carta educativa, além de ser um imperativo legal, ou seja, tínhamos que ter revisão da Carta Educativa para que pudéssemos financiar no PRR ou Portugal 2030 os investimentos no nosso parque escolar, além desse imperativo legal, tínhamos alguns ajustamentos a fazer.”-----

Nomeadamente em relação à rede, e muito especialmente em relação às duas escolas que falta reabilitar e que já aqui referimos, nomeadamente EB/2.3 e a Escola da Sé.”-----

Não temos em termos da reestruturação da rede a complexidade que teve a carta de 2007, em que tínhamos dezenas de escolas do 1.º Ciclo, que vieram a ser substituídas por uma rede que hoje funciona, funciona muitíssimo bem, de centros escolares, com dinâmicas diferentes, com procuras diferentes, com áreas geográficas também diversas, mas que eu queria aqui salientar, foi, de facto, uma posta ganha.”-----

O Centro Escolar de Ferreirim tem crescido em número de alunos, o Centro Escolar de Penude tem uma concorrência fortíssima do Centro Escolar número um e número dois que são na cidade, mas mesmo assim tem um bom número de alunos. Temos apenas e só um problema a resolver em relação à freguesia de Cambres. Ou seja a escola, jardim-de-infância e ensino básico de Cambres, tem vindo progressivamente a ter menos alunos, e isso coloca, não neste momento, nesta carta educativa, porque a nossa proposta é que ela continue a funcionar, mas coloca um desafio para o futuro.--

Como é que vejo este desafio, e permitam-me que me centre um pouco nisto. Nós estamos a construir habitação social em Cambres, vinte e uma habitações. Nós estamos a receber em Cambres muitos imigrantes, que se fixam ali, beneficiando do facto da Vila e toda a Freguesia terem casas disponíveis, e casas, eventualmente mais baratas do que na cidade em termos de arrendamento.”-----

Nós temos a expectativa, de que a conjugação destes factores possa a ajudar a fixarem em Cambres umas dezenas de famílias, que venham abastecer, que venham alimentar a escola de Cambres e que ela venha a justificar, por essa via, uma requalificação futura. Ou seja, a minha esperança é que o elemento aqui não é considerado a nível de investimento, possa vir a ser no futuro, logo que se verifiquem a inversão da tendência de perda de alunos.-----

Finalmente o que é que nos incorporamos na Carta Educativa, é um bolhar ainda que superficial, porque não é legalmente obrigatório sobre as creches, as creches são fundamentais, são o principal elemento de apoio à família após o nascimento de qualquer criança, fora do agregado familiar a creche é o primeiro e fundamental elemento.-----

Depois um olhar sobre o ensino superior, temos a nossa Escola Superior de Tecnologia e Gestão, que é, eu diria o topo desta pirâmide educativa.-----

Um olhar sobre o ensino profissional. As escolas profissionais, as escolas que fazem o ensino profissional, incluindo a Escola de Hotelaria, e muito especialmente, um novo investimento no ensino tecnológico feito no agrupamento Latino Coelho, acho que, esta Carta Educativa, nesta revisão que hoje fazemos, responde à situação concreta com nos debatemos hoje, quer em termos de Infraestrutura quer em termos de projeto educativo e garante que no futuro, diria nos próximos dez anos continuará a ser um elemento atualizado e válido, sujeito, naturalmente, às modificações, às alterações por molificação, que em cada momento se justificarem.-----

Posto isto, proponho à Assembleia municipal que a Revisão da Carta Educativa seja aprovada.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e sete membros presentes nesta votação.-----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos presentes; do grupo Municipal da coligação “Somos “Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa – Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Paulo Henriques Almeida Loureiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Marina Isabel Henriques Pereira Martins, Maria Otilia da Silva Teixeira, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Sérgio Pedro da Rua Capela e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas, -----

Do grupo municipal do partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca

Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Adelino Gomes Magalhães, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho e Bernardo Manuel Taveira Xavier;-----

Do membro da CDU: Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela.-----

Ausentes: membro do grupo municipal do partido Socialista: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves;-----

Membro Independente: Viriato Pina de Lemos.-----

2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não se tendo inscrito ninguém.-----

3.18- ASSUNTO: MINUTA-----

Proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

3.19 - ASSUNTO: TERMO-----

O senhor **Presidente da Assembleia** declarou encerrada esta sessão, às doze horas e quinze minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico, Joaquim dos Santos Mateus, que a redigiu.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

O Assistente Técnico